

CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL

Procedimento n.º 22/2025/IGeFE/CPI

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIGAÇÃO DO SISTEMA ELETRÓNICO DE SEGURANÇA FÍSICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS COM 2.º E 3.º CICLOS DO ENSINO BÁSICO E DO ENSINO SECUNDÁRIO A CENTRAL DE RECEÇÃO E MONITORIZAÇÃO DE ALARMES.

(nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º e do 131º e seguintes do código dos contratos públicos,
na sua atual redação)

Departamento de Administração Geral
Núcleo de Contratação Pública



Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P.

✉ Av. 24 de Julho, n.º. 134 • 1399-029 Lisboa - ☎ 213 949 200 - 📠 213 907 003 - geral@igefe.medu.pt - <http://www.igefe.mec.pt>

Índice

Parte I - CLÁUSULAS JURÍDICAS	4
CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	4
Clausula 1. ^a – Objeto do procedimento	4
Cláusula 2. ^a - Entidade adjudicante	5
Cláusula 3. ^a - Documentos integrantes do contrato	5
Cláusula 4. ^a - Local da prestação dos serviços	6
Cláusula 5. ^a - Prazo de execução do contrato	6
Cláusula 6. ^a - Preço base	6
Cláusula 7. ^a - Liberação da caução	7
CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	8
SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE	8
Cláusula 8. ^a - Preço contratual	8
Cláusula 9. ^a - Obrigações da entidade adjudicante	9
Cláusula 10. ^a - Condições e prazo de pagamento	10
SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO	11
Cláusula 11. ^a - Faturação eletrónica	11
Cláusula 12. ^a - Obrigações principais do adjudicatário	12
Cláusula 13. ^a - Outros encargos	13
Cláusula 14. ^a - Dever de Informação	14
Cláusula 15. ^a - Acesso às instalações	15
Cláusula 16. ^a - Utilização dos sistemas de informação	15
Cláusula 17. ^a - Exigência de qualidade	15
Cláusula 18. ^a - Sigilo e confidencialidade	15
Cláusula 19. ^a - Uso de sinais distintivos	17
Cláusula 20. ^a - Patentes, licenças e marcas registadas	17
Cláusula 21. ^a - Direitos de propriedade intelectual	17
Cláusula 22. ^a - Proteção e tratamento de dados pessoais	18
Cláusula 23. ^a - Princípios de governo digital	18

Cláusula 24.^a - Boa-fé	20
CAPÍTULO III – PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO DO CONTRATO	20
Cláusula 25.^a - Penalidades contratuais	20
Cláusula 26.^a - Casos fortuitos ou de força maior	21
Cláusula 27.^a - Resolução e extinção do contrato	22
Cláusula 28.^a - Resolução do contrato por iniciativa do adjudicatário	23
Cláusula 29.^a - Efeitos da resolução	23
Cláusula 30.^a - Responsabilidade	24
Cláusula 31.^a - Garantia de transferência e continuidade dos serviços	24
Cláusula 32.^a - Cessão da posição contratual e subcontratação	25
CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS	26
Cláusula 33.^a – Obrigações do adjudicatário no que concerne aos trabalhadores afetos aos serviços	26
Cláusula 34.^a – Prazos e regras de contagem na execução	26
Cláusula 35.^a - Comunicações e notificações	27
Cláusula 36.^a - Gestor do contrato	27
Cláusula 37.^a - Foro competente para a resolução de litígios	28
Cláusula 38.^a - Legislação aplicável	28
PARTE II - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	29
Cláusula 39.^a - CENTRO DE MONITORIZAÇÃO	29
Cláusula 40.^a - MANUTENÇÃO E SUPORTE	30
Cláusula 41.^a - SERVIÇOS DE RECEÇÃO DE ALARME E DE MONITORIZAÇÃO REMOTA	30
Cláusula 42.^a - NÍVEIS DE SERVIÇOS	31
Cláusula 43.^a – GARANTIA	31
ANEXO I	32
1. ARQUITETURA DOS SISTEMAS ELETRÓNICOS DE SEGURANÇA	32
2. EQUIPAMENTOS DOS SISTEMAS ELETRÓNICOS DE SEGURANÇA NAS ESCOLAS – SUBSISTEMA DE VIDEOVIGILÂNCIA	34
3. EQUIPAMENTOS DOS SISTEMAS ELETRÓNICOS DE SEGURANÇA NAS ESCOLAS – SUBSISTEMA DE INTRUSÃO	36

4. MONITORIZAÇÃO CENTRAL – SISTEMAS EXISTENTES	38
ANEXO II	38
1. REQUISITOS TÉCNICOS GENÉRICOS A QUE DEVEM OBEDECER OS SISTEMAS ELETRÓNICOS DE SEGURANÇA	38
2. REQUISITOS TÉCNICOS ESPECÍFICOS DOS SERVIÇOS DE MONITORIZAÇÃO/VIDEOVIGILÂNCIA	42

Parte I - CLÁUSULAS JURÍDICAS

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Clausula 1.^a – Objeto do procedimento

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar pelo Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P., doravante também designado por IGeFE, I.P., na sequência do presente procedimento pré-contratual, por concurso público que tem como objeto a “Aquisição de serviços de ligação do sistema eletrónico de segurança física das escolas públicas com 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário a central de receção e monitorização de alarmes.” com as características técnicas descritas na Parte II do presente caderno de encargos.
2. A tipologia, quantidades, especificações técnicas, requisitos técnicos e funcionais abrangidos pela presente aquisição é a que se encontra definida na Parte II do presente caderno de encargos.



3. O presente procedimento insere-se no CPV 79710000-4– Serviços de segurança, a que se refere o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, L 74.

Cláusula 2.ª - Entidade adjudicante

1. A entidade pública adjudicante é o Estado Português, através do IGeFE, I.P., com sede na Avenida 24 de Julho, n.º 134, em 1399-029 Lisboa, com o número de telefone +351 21 394 92 00, de telefax +351 21 390 70 03 e com o e-mail: compras@igefe.mec.pt.
2. Todas as comunicações relativas ao procedimento devem ser efetuadas por escrito, na plataforma eletrónica de contratação, acessível através do sítio eletrónico <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/>.

Cláusula 3.ª - Documentos integrantes do contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar (a existirem);
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos (a existirem);
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada; e
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem que nele se dispõe, segundo o n.º 5 do art. 96.º do CCP.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos ao conteúdo do contrato propostos pela entidade adjudicante e aceites pelo adjudicatário, conforme dispõe o n.º 6 do artigo 96.º e de acordo com o disposto nos artigos 99.º e 101.º do CCP.

5. Além dos documentos indicados no n.º 2, o adjudicatário obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.

Cláusula 4.ª - Local da prestação dos serviços

1. A prestação de serviços a realizar no âmbito do presente procedimento será desenvolvida nos locais identificados no Anexo IV do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 5.ª - Prazo de execução do contrato

1. O contrato inicia a sua vigência na data da sua assinatura e vigora pelo prazo de 12(doze) meses.
2. O termo do contrato não prejudica o cumprimento das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
3. O prazo de execução suspende-se, pelo período requerido e fundamentado pelo adjudicatário desde que autorizado pela entidade adjudicante, nos termos a seguir indicados, ou por iniciativa da entidade adjudicante, devidamente fundamentada.
4. A suspensão prevista na primeira parte do número anterior opera mediante requerimento fundamentado do adjudicatário com a antecedência mínima de 30 dias sob o respetivo início do período requerido, e apenas se expressamente deferido pela entidade adjudicante nos 5 dias úteis subsequentes ao do pedido efetuado.

Cláusula 6.ª - Preço base

1. O preço base é o preço máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do presente procedimento.
2. O preço máximo a pagar pela Entidade Adjudicante é de **€ 961.740,00 (novecentos e sessenta e um mil, setecentos e quarenta euros)**, com exclusão do imposto sobre o valor acrescentado (IVA).
3. A fixação do preço base nos termos e para os efeitos previstos no n.º 3 do artigo 47.º do CCP



foi baseada em procedimento de contratação pública anterior (Procedimento n.º 49/2022/IGeFE)

4. Para os efeitos previstos do n.º 4 do artigo 42.º do CCP, os preços propostos para cada componente do serviço não podem ser superiores, sob pena de exclusão, a:

- a. Preço unitário mensal do serviço completo prestado para cada LOCAL: 35,00€ (trinta e cinco euros);
- b. Preço unitário mensal do serviço parcial (apenas intrusão) prestado para cada LOCAL: €20,00 (vinte euros);
- c. Preço unitário do valor/hora pela permanência do piquete, nos casos de intervenção justificada, para além da primeira hora e do tempo de permanência que a situação justifique: 12,50€ (doze euros e cinquenta cêntimos);
- d. Preço unitário do valor/ocorrência por envio de piquete em casos de intervenção não justificada: 37,50€ (trinta e sete euros e cinquenta cêntimos);
- e. Preço unitário das intervenções de manutenção preventiva e corretiva, após validação da entidade adjudicante por ocorrência:
 - i. Pequenas intervenções: 35,00€ (trinta e cinco euros);
 - ii. Médias intervenções: 100,00€ (cem euros);
 - iii. Grandes intervenções: 250,00€ (duzentos e cinquenta euros);

Cláusula 7.ª - Liberação da caução

1. A liberação da caução será promovida pela Entidade Adjudicante, 30 (trinta) dias após o cumprimento integral do objeto do presente Contrato, não obstante dos condicionalismos mencionados no artigo 295.º do CCP.
2. A caução para garantia de adiantamentos de preço é progressivamente liberada à medida que forem prestados os serviços correspondentes ao pagamento adiantado que tenha sido efetuado pela Entidade Adjudicante.



3. Nos Contratos em que haja obrigações de correção de defeitos pelo Adjudicatário, designadamente obrigações de garantia, sujeitas a um prazo igual ou inferior a 3 (três) anos, a Entidade Adjudicante deve promover a liberação integral da caução destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais no prazo de 30 (trinta) dias após o termo do respetivo prazo.
4. A liberação da caução depende da inexistência de defeitos da prestação do Adjudicatário ou da correção daqueles que hajam sido detetados até ao momento da liberação, sem prejuízo de a Entidade Adjudicante poder decidir diferentemente, designadamente por considerar que os defeitos identificados e não corrigidos são de pequena importância e não justificam a não liberação.
5. Decorrido o prazo previsto nos números anteriores para a liberação da caução sem que esta tenha ocorrido, o Adjudicatário pode notificar a Entidade Adjudicante para que esta cumpra a obrigação de liberação da caução, ficando autorizado a promovê-la, a título parcial ou integral, se, 15 (quinze) dias após a notificação, a Entidade Adjudicante não tiver dado cumprimento à referida obrigação.

CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Cláusula 8.^a - Preço contratual

1. Pela prestação dos serviços identificados na cláusula 1.^a bem como, pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário, o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante designadamente:
 - a) Incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios



humanos, bem como quaisquer outros encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças;

- b) Impostos, taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos pelas autoridades competentes e relativos à execução do contrato, dentro ou fora do território nacional;
- c) A obtenção de quaisquer autorizações e ao pagamento de quaisquer emolumentos exigidos pelas autoridades competentes relativamente ao cumprimento das obrigações que impendem sobre o adjudicatário no âmbito do contrato.

3. Não há lugar à revisão ou à atualização do preço contratual.

Cláusula 9.^a - Obrigações da entidade adjudicante

1. Constitui obrigação da entidade adjudicante pagar o preço contratual adjudicado, mediante verificação do bom cumprimento da(s) prestação(ões) e execução contratual por parte do adjudicatário, em respeito das condições de pagamento estabelecidas na Cláusula 11.^a do presente Caderno de Encargos.
2. Sem prejuízo do preço contratual constante da proposta adjudicada, a entidade adjudicante só se obriga a pagar ao adjudicatário pelos serviços que efetivamente venham a ser prestados.
3. Constitui obrigação da entidade adjudicante disponibilizar ao adjudicatário todos os meios necessários para a execução do contrato.
4. Constitui ainda obrigação da entidade adjudicante o acompanhamento da prestação e execução, resultante do contrato a celebrar, pelo gestor designado na Cláusula 36.^a, nos termos do artigo 290-A.º do CCP.
5. A entidade adjudicante procederá igualmente à comunicação ao adjudicatário da alteração do gestor de contrato designado, bem como respetivos elementos de contacto, caso a mesma ocorra durante o período de vigência do contrato.

6. A entidade adjudicante comunicará ao adjudicatário, logo que dele(s) tenha(m) conhecimento, do(s) facto(s) que tornem total ou parcialmente impossível a prestação do objeto contratual, bem como o cumprimento de qualquer outra prestação contratual, dentro dos termos e condições definidos para o efeito.

7. Cabe à entidade adjudicante a monitorização da qualidade dos serviços, nomeadamente, reuniões onde devem participar os gestores do contrato e as equipas do adjudicatário com vista à monitorização da qualidade e nível de desempenho da prestação de serviços e cumprimento das obrigações contratuais ou legais por parte do adjudicatário e, quando justificado, aplicar sanções de incumprimento;

8. O atraso em qualquer momento por parte da entidade adjudicante no cumprimento de obrigações pecuniárias, não autoriza o adjudicatário a invocar a exceção de não cumprimento de quaisquer obrigações previstas no contrato celebrado, salvo se a invocação da exceção de cumprimento não implicar grave prejuízo para a realização do interesse público.

Cláusula 10.^a - Condições e prazo de pagamento

1. A entidade adjudicante obriga-se a pagar ao adjudicatário o valor dos serviços constantes da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2. O preço dos serviços a prestar à entidade adjudicante é o que resultar do disposto neste caderno de encargos e da proposta apresentada, não podendo em caso algum ser superior ao preço base definido na Cláusula 6.^a.

3. O encargo total da prestação de serviços será regularizado em prestações mensais, repartidas de acordo com o seguinte plano de pagamento:

- a) Em **2025**, o valor máximo a faturar será de **€ 561.015,00 (quinhentos e sessenta e um euros e quinze cêntimos)**, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor;
- b) Em **2026**, o valor máximo a faturar será de **€ 400.725,00 (quatrocentos mil, setecentos e vinte e cinco euros)**, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.

4. Cada emissão de fatura deve ser **obrigatoriamente** acompanhada de um relatório de atividades e tarefas realizadas, respeitante ao período de faturação e documentação técnica



elaborada durante esse período.

5. A faturação à entidade adjudicante será emitida de acordo com os números anteriores da presente cláusula, após boa aceitação dos trabalhos realizados/horas trabalhadas, pelo do gestor do contrato indicado pela entidade adjudicante.

6. Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contar da data de entrada da fatura nas instalações da entidade adjudicante, desde que a mesma tenha sido aprovada, nos termos dos artigos 299.º, 299.º-A e 326.º do CCP.

7. A(s) fatura(s) referida(s) nos números anteriores, emitida(s) à entidade adjudicante, deve(m) conter os seguintes elementos identificativos, sem os quais serão devolvidas pela entidade adjudicante ao adjudicatário:

- a) Número de compromisso que, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, for identificado para o contrato [a indicar pela entidade adjudicante]
- b) Número de contribuinte do IGeFE: 600 086 631;

8. A entidade adjudicante reserva-se no direito de não aprovar a fatura quando esta não respeite o contrato ou o presente Caderno de Encargos.

9. Na situação indicada no número anterior, a entidade adjudicante comunicará, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a decisão ao adjudicatário que deverá apresentar outra fatura devidamente corrigida em sua substituição.

10. Em caso de atrasos no pagamento por parte do contraente público, conforme estipulado no n.º 6 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho e no n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 62/2013 de 10 de maio, o Adjudicatário tem direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora, nos termos do artigo 326.º do CCP.

SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

Cláusula 11.ª - Faturação eletrónica



Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P.

✉ Av. 24 de Julho, n.º. 134 • 1399-029 Lisboa - ☎ 213 949 200 - 📠 213 907 003 - geral@igefe.medu.pt - <http://www.igefe.mec.pt>

Em conformidade com o Decreto-Lei n.º 42-A/2022, de 30 de junho, as micro, pequenas e médias empresas, assim como as entidades públicas enquanto entidades cocontratantes estão obrigadas a aderir à faturação eletrónica no âmbito da execução de contratos públicos, a partir do dia 1 de janeiro de 2023, e de acordo com o disposto no artigo 299º-B do CCP.

Cláusula 12.ª - Obrigações principais do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos, ou nas cláusulas contratuais da celebração do contrato, decorre para o adjudicatário a obrigação de prestar os serviços objeto do presente procedimento, nos termos constantes das cláusulas técnicas consignadas na parte II do presente caderno de encargos, utilizando os conhecimentos técnicos, o *know-how*, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.

2. Constituem ainda obrigações do adjudicatário:

- a. Apresentar os documentos de habilitação, nos termos do artigo 81.º do CCP, conjugado com a Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, na sua atual redação;
- b. Dar cumprimento, a todo o momento, às obrigações legais relativas aos serviços prestados, assegurando a execução dos mesmos de acordo com as melhores regras técnicas e de arte conhecidas e praticadas;
- c. Analisar e levar em consideração todas as situações e circunstâncias relevantes para a execução do contrato, incluindo, entre outras e a título meramente exemplificativo, a informação prévia necessária, as circunstâncias de modo, tempo e lugar e os meios de modo a salvaguardar que os serviços serão prestados nos termos contratados, sem hiatos, falhas ou interrupções que pudessem ter sido previstas;
- d. Assumir todos os riscos inerentes à prestação dos serviços, bem como aqueles que, em concreto, apenas sejam ou possam ser do conhecimento do adjudicatário ou por este gerido em primeira linha;
- e. Garantir, a todo o momento, a correta, completa e adequada articulação e compatibilização entre os serviços prestados e a finalidade a que os mesmos se dirigem com outros serviços ou outras finalidades que com eles estejam ou possam estar em relação, de modo a não afetar negativamente quaisquer outros serviços, produtos ou

- soluções dos contraentes públicos, assumindo, em cada momento, o respetivo risco de interface;
- f. Comunicar antecipadamente à entidade adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações, nos termos do contrato a celebrar com a entidade adjudicante;
 - g. Não alterar as condições da execução do contrato fora dos casos previstos neste Caderno de Encargos;
 - h. Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços associados, bem como ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
 - i. Executar a prestação dos serviços disponibilizando sempre aquela que seja, em cada momento e no respeito pelo objeto contratado, a solução mais recente, completa e funcional, obrigando-se a informar imediatamente o contraente público caso venham a ocorrer atualizações ou novas funcionalidades inerentes aos serviços contratados;
 - j. Comunicar antecipadamente à entidade adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações, nos termos do contrato a celebrar com a entidade adjudicante;
 - k. Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação e sede social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica ou a sua situação comercial, bem como alterações dos seus quadros ou funcionários com relevância para a prestação de serviços;
 - l. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.

Cláusula 13.^a - Outros encargos

1. Todas as despesas ou encargos em que o adjudicatário incorra para o cumprimento das obrigações emergentes do contrato são da sua exclusiva responsabilidade e não podem ser reclamados à entidade adjudicante, a menos que outro regime decorra da Lei ou do contrato.
2. São, designadamente, da responsabilidade do adjudicatário:



- a) Quaisquer impostos, taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos pelas autoridades competentes e relativos à celebração e execução do contrato em Portugal ou nos territórios do país ou países do adjudicatário ou de passagem em transporte;
 - b) Encargos com a obtenção de autorizações, licenças, aprovações que, nos termos da Lei e regulamentação, lhe sejam aplicáveis e/ou se mostrem necessárias para o cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, bem como o pagamento de quaisquer emolumentos exigidos pelas autoridades competentes relativamente ao cumprimento das obrigações contratuais do adjudicatário;
 - c) Encargos decorrentes da utilização, na execução do contrato, de marcas registadas, de patentes registadas ou de licenças, designadamente, de utilização de *software*, ou outros elementos protegidos por direitos de propriedade intelectual, bem como a obtenção das respetivas autorizações necessárias;
 - d) Despesas respeitantes ao cumprimento da obrigação de prestação de quaisquer garantias exigidas no contrato, designadamente, de bom e pontual cumprimento.
3. São ainda da conta do Adjudicatário as despesas e encargos inerentes à celebração do contrato, incluindo as da prestação da caução, caso haja lugar.

Cláusula 14.^a - Dever de Informação

1. O adjudicatário obriga-se a prestar a informação e esclarecimentos que lhe forem solicitados pela entidade adjudicante, com a periodicidade que este razoavelmente entender conveniente, quanto à execução dos serviços e ao cumprimento das obrigações que para aquele emergirem do contrato.
2. O adjudicatário obriga-se a comunicar de imediato, no prazo de 10 (dez) dias, à entidade adjudicante o início ou a iminência de qualquer processo judicial ou extrajudicial que possa conduzir à sua declaração de insolvência, a providência análoga à insolvência ou à sua extinção, bem como a verificação de qualquer outra circunstância que perturbe a execução do contrato.
3. A Entidade Adjudicante e o Adjudicatário obrigam-se a comunicar entre si, no prazo de 5 (cinco) dias a contar do seu conhecimento, a ocorrência de quaisquer circunstâncias, constituam



ou não força maior, designadamente de qualquer facto relevante que previsivelmente impeça o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer das respetivas obrigações contratuais.

Cláusula 15.ª - Acesso às instalações

1. O adjudicatário e todas as pessoas que se encontrem ao seu serviço obrigam-se a observar as regras de segurança e de apresentação que, em cada momento, forem estabelecidas pela entidade adjudicante e Estabelecimentos de Ensino constantes do anexo IV da II parte-Especificações Técnicas e comunicadas ao adjudicatário.
2. A entidade adjudicante indicará ao adjudicatário quais as normas de identificação do seu pessoal, bem como dos procedimentos adequados para o acesso e circulação deste.

Cláusula 16.ª - Utilização dos sistemas de informação

Sempre que a execução dos presentes serviços implique o acesso às instalações e utilização dos sistemas de informação dos Estabelecimentos de Ensino, por colaboradores ou subcontratados do adjudicatário, os mesmos obrigam-se ao cumprimento integral das regras de utilização dos sistemas de informação em vigor na entidade adjudicante.

Cláusula 17.ª - Exigência de qualidade

1. O adjudicatário obriga-se a executar os trabalhos de acordo com as normas e os princípios de qualidade pertinentes, bem como com as regras técnicas, a avaliar segundo o critério da melhor prática profissional, designadamente, no domínio das tecnologias de informação.
2. O adjudicatário obriga-se a substituir qualquer recurso utilizado a solicitação da entidade adjudicante, com fundamento na inadequação para o trabalho a desenvolver.
3. Todos os recursos utilizados pelo adjudicatário obedecerão aos perfis referidos na Parte II do presente caderno de encargos.

Cláusula 18.ª - Sigilo e confidencialidade



1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial, financeira, organizativa, laboral ou outra, relativamente à entidade adjudicante, a que tenham acesso ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, independentemente do suporte da mesma (escrito, verbal ou suporte informático), sendo esta obrigação extensível aos seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que as mesmas envolvam.
2. A informação e a documentação cobertas por dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo, a informação e a documentação que o adjudicatário seja legalmente obrigado a revelar, por força da Lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. Em especial, o adjudicatário obriga-se:
 - a) A respeitar a confidencialidade sobre todos os dados disponibilizados pela entidade adjudicante ou pelas entidades envolvidas no projeto, bem como pelas informações de carácter pessoal ou processual, não os disponibilizando a quaisquer outras entidades; e
 - b) A remover e destruir, no final do projeto, todo e qualquer tipo de registo (magnético ou em papel) relacionado com os dados tratados e que a entidade adjudicante considere como de acesso privilegiado.
5. De igual forma, o adjudicatário garante que terceiros que utilize na execução dos serviços respeitam os deveres referidos.
6. O adjudicatário obriga-se, de um modo especial, a guardar sigilo quanto ao conteúdo e utilização dos sistemas de informação da responsabilidade da entidade adjudicante, nos termos legalmente previstos na Lei n.º 58/2019, de 08 de Agosto, relativa à proteção de dados pessoais e no Decreto-Lei n.º 122/2000, de 4 de Julho, relativa à proteção jurídica de bases de dados.
7. Sem prejuízo do nº 1, a entidade adjudicatária fica obrigada a disponibilizar os dados a outra entidade que no futuro venha a prestar serviço semelhante, desde que seja garantida a

confidencialidade dos dados.

Cláusula 19.ª - Uso de sinais distintivos

Nenhuma das partes pode utilizar a denominação, marcas, nomes comerciais, logótipos e outros sinais distintivos do comércio que pertençam à outra sem o seu prévio consentimento escrito.

Cláusula 20.ª - Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da incorporação ou utilização, na execução do fornecimento dos equipamentos, de elementos de construção, de hardware, de software ou de outros a que respeitem quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos.
2. Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-a de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for, nos termos do n.º 2 do artigo 447.º do CCP.

Cláusula 21.ª - Direitos de propriedade intelectual

1. A titularidade dos direitos de propriedade intelectual sobre quaisquer obras e materiais desenvolvidos, criados, modificados ou personalizados pelo adjudicatário para o IGeFE, I.P. ou pelo IGeFE, I.P. ou Estabelecimentos de Ensino ao abrigo do contrato, incluindo nomeadamente software, escritos, relatórios, esquemas, desenhos, imagens, fotografias, especificações, parametrizações, dados em formato eletrónico e tabulações, inquéritos e questionários, invenções, inovações técnicas, know-how, processos, técnicas, métodos de investigação, documentos ou quaisquer outras criações, de qualquer natureza ou meio, pertence ao IGeFE, I.P., ao abrigo do regime da obra por encomenda e como tal cabendo exclusivamente a este todos os direitos de propriedade intelectual a elas inerentes, considerando-se contrapartida suficiente para tal o preço contratual previsto na pela conjugação das Cláusulas 6.ª e 10.ª.
2. O adjudicatário garante que todos os seus colaboradores afetos à prestação de serviços, independentemente do vínculo jurídico que com ele possuam, foram atempadamente



informados e aceitaram que os direitos de propriedade intelectual sobre as obras indicadas no número anterior pertencem exclusivamente ao IGeFE I, I.P. ou Estabelecimentos de Ensino.

Cláusula 22.^a - Proteção e tratamento de dados pessoais

1. As partes obrigam-se a aplicar as regras relativas à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento e circulação de dados, previstas no Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados) e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação.
2. As partes obrigam-se a efetuar o tratamento de dados pessoais de pessoas singulares que lhes sejam transmitidos, obtidos ou dados a conhecer no âmbito da execução do contrato, de acordo com o disposto no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, tendo especialmente em consideração que:
 - a. Os dados pessoais devem ser tratados de forma que garanta a sua segurança e previna a sua divulgação ou acesso não autorizados, incluindo a proteção contra a sua perda ou destruição;
 - b. A recolha de dados pessoais está limitada ao estritamente necessário para a execução do contrato e durante o período de vigência do mesmo;
 - c. Os dados pessoais recolhidos para uma finalidade específica não podem ser tratados de forma incompatível com essa finalidade;
 - d. Os dados pessoais são objeto de tratamento lícito, leal e transparente, em conformidade com a legislação aplicável.

Cláusula 23.^a - Princípios de governo digital

De acordo com o n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 129/2021, de 10 de setembro, os novos desenvolvimentos devem atender aos princípios de governo digital constantes do modelo comum de desenho e desenvolvimento de serviços digitais, publicados em tic.gov.pt, e atender aos regulamentos e normas europeus ou nacionais em vigor, incluindo aqueles definidos ou aprovados pelo Conselho para as Tecnologias de Informação e Comunicação na

Administração Pública (CTIC), publicados em tic.gov.pt, nomeadamente:

- a) Integração com o serviço autenticacao.gov.pt para a autenticação segura de utilizadores e seus atributos;
- b) Reutilização de dados disponíveis por outros serviços ou entidades através da interoperabilidade na AP (iAP) implementando o princípio once-only;
- c) Publicação dos metadados dos dados registados no contexto da realização do serviço no catálogo de dados associado à iAP e sua disponibilização a outros serviços através da iAP;
- d) Publicação dos serviços disponíveis e seus metadados no Catálogo de Entidades e Serviços;
- e) Integração no portal nacional de serviços públicos ePortugal.gov.pt;
- f) Disponibilização dos serviços e conteúdos pelo menos nos idiomas português e inglês;
- g) Adoção de linguagem clara conforme os guias de boas práticas;
- h) Conformidade com as melhores práticas no que respeita a usabilidade e acessibilidade a um nível equivalente ou superior ao exigido pelo «selo de prata de usabilidade e acessibilidade digital»;
- i) Disponibilização de funcionalidade de avaliação da satisfação com os serviços de acordo com o referencial de avaliação transversal à AP;
- j) Filiação e integração de linhas e canais de apoio à realização dos serviços na linha iCidadão;
- k) Disponibilização de dados estatísticos relativos ao atendimento, incluindo volumes, tempos de espera e satisfação para efeitos de priorização de iniciativas estratégicas de melhoria da qualidade dos serviços;
- l) Disponibilização de serviços para gestão centralizada de agendamento e filas de espera;
- m) Publicação automática, preferencialmente a tempo real, dos dados abertos associados ao serviço;
- n) Reutilização dos serviços transversais à AP, nomeadamente:
 - i) GAP - gateway de mensagens da AP;
 - ii) PPAP - Plataforma de pagamentos da AP;

- iii) SPNE - Serviço Público de Notificações Eletrónicas;
- iv) LAE - Livro Amarelo Eletrónico;
- v) Plataforma de Gestão de Relacionamento da AP;
- o) Utilização do framework de adoção de modelos de computação na nuvem (cloud) nos processos de definição de arquitetura das soluções, em conformidade com a Estratégia Cloud para a AP em Portugal, disponível em tic.gov.pt;
- p) Conformidade com as políticas transversais de privacidade de dados da AP;
- q) Conformidade com o Quadro Nacional de Referência para a Cibersegurança;
- r) Conformidade com as orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» os objetivos ambientais ao abrigo do regulamento que cria um Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR);
- s) Conformidade com a autoavaliação da segurança, ao abrigo da alínea g) do n.º 4 do artigo 18.º do Regulamento (UE) 2021/241, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de fevereiro de 2021, que cria o MRR.

Cláusula 24.ª - Boa-fé

As partes obrigam-se a atuar de boa-fé na execução do contrato e a não exercer os direitos nele previstos, ou na Lei, de forma abusiva.

CAPÍTULO III – PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 25.ª - Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes e decorrentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do cocontratante o pagamento de uma pena pecuniária, nomeadamente pelo incumprimento das datas e prazos de prestação dos serviços objeto do contrato, por razões imputáveis ao adjudicatário e pelo incumprimento das características, especificações e níveis de serviço definidos neste caderno de encargos, que constam do anexo V da parte II- Especificações técnicas.



Cláusula 26.^a - Casos fortuitos ou de força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ou exigidas indemnizações quando a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário a ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. O adjudicatário é responsável pelos atos e omissões que possam causar prejuízos à entidade adjudicante ou a terceiros, praticados através da ação dos seus trabalhadores e colaboradores, ainda que tais atos ou omissões sejam dolosa ou negligentemente praticados em violação de ordens ou instruções que aquela lhes haja transmitido, no âmbito dos poderes de autoridade e direção que exerce sobre os mesmos.
5. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
6. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 27.ª - Resolução e extinção do contrato

1. As violações graves das obrigações assumidas por uma das partes conferem, nos termos gerais de direito, à outra parte, o direito de resolução do contrato, designadamente, nos termos dos artigos 332.º e 333.º do CCP, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.
2. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
 - a. Não conformidade com o objeto contratual e o disposto caderno, contrato e proposta adjudicada e demais legislação aplicável ou no incumprimento das obrigações decorrentes da prestação de serviços, nomeadamente as de know how;
 - b. Prestação de falsas declarações.
3. O direito de resolução previsto no número anterior, exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário pela entidade adjudicante.
4. A extinção do contrato obedece ao disposto nas várias alíneas do artigo 330.º do CCP.
5. São causas de extinção do contrato:
 - a. O incumprimento;
 - b. A impossibilidade definitiva e todas as restantes causas de extinção das obrigações

reconhecidas pelo direito civil;

c. A revogação;

d. A resolução, por via de decisão judicial ou arbitral ou por decisão do contraente público, nos casos previstos nos artigos 333.º a 335.º do CCP.

Cláusula 28.ª - Resolução do contrato por iniciativa do adjudicatário

1. Os fundamentos de resolução são os previstos na Lei e no Código dos Contratos Públicos.
2. O adjudicatário pode resolver o contrato em caso de atraso, por parte da entidade adjudicante, superior a 60 (sessenta) dias, no pagamento de faturas que se mostrem devidas e se o montante em dívida exceder 25% do preço contratual, excluindo juros.
3. Nos casos previstos no n.º 1 e 2, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao IGeFE, I.P., a qual produz efeitos 30 (trinta) dias após a data de receção dessa declaração, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos da presente cláusula não determina a cessação das obrigações do adjudicatário relativamente aos serviços já prestados.

Cláusula 29.ª - Efeitos da resolução

1. Em caso de resolução do contrato pela entidade adjudicante por facto imputável ao adjudicatário, este fica obrigado ao pagamento de indemnização, fixada em 25% do preço contratual, sem prejuízo da possibilidade de exigência de ressarcimento de prejuízos para além desse valor, se para tanto existir fundamento.
2. A resolução do presente contrato não prejudica a transferência de direitos de autor relativamente às peças ou elementos que, até esse momento, tenham sido apresentados pelo adjudicatário.

Cláusula 30.ª - Responsabilidade

1. O adjudicatário responde pelos danos que causar à entidade pública contratante em razão do incumprimento culposo das obrigações que sobre ele impendam, nos termos das normas gerais de direito e do presente artigo.
2. O adjudicatário responde ainda perante a entidade pública contratante pelos danos causados pelos atos e omissões de terceiros, por si empregues na execução de prestações emergentes do presente contrato, como se tais atos ou omissões fossem praticados por aquele.
3. Nenhuma das partes responde pelos danos causados à outra parte em virtude de incumprimento de obrigações emergentes do contrato decorrente de caso fortuito ou força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho.
4. A parte que pretenda beneficiar do regime acolhido no número anterior deve, para o efeito, informar a outra parte da verificação de uma situação de incumprimento decorrente de caso fortuito ou de força maior, fazendo menção dos factos que, em seu entender, permitem atribuir esta origem ao incumprimento e, ainda, do prazo que estima necessário para cumprir a obrigação em causa.
5. São da exclusiva responsabilidade do adjudicatário todas as obrigações legais relativas ao pessoal afeto à execução da prestação de serviços, designadamente contribuições para a Segurança Social e seguro obrigatório de acidentes de trabalho.
6. O adjudicatário bem como o pessoal que o mesmo afete à prestação dos serviços objeto o contrato é responsável pela integridade e disponibilidade dos bens e sistemas instalados nos locais a que têm acesso, não os podendo utilizar para outros fins que não os expressamente decorrentes da prestação dos serviços objeto do presente contrato.

Cláusula 31.ª - Garantia de transferência e continuidade dos serviços

1. A resolução do contrato não prejudica a utilização plena pela entidade adjudicante dos elementos produzidos no decurso da execução dos serviços e trabalhos e que são sua

propriedade, nem a tomada de posse de todos os componentes relacionados, direta ou indiretamente, com o objeto do contrato.

2. Em caso de denúncia, resolução ou qualquer outra forma de cessação do contrato, independentemente do motivo, o adjudicatário assume a obrigação de proceder à transferência, para a entidade adjudicante ou terceira (s) parte (s) que a entidade adjudicante designar, de todas as informações relativas aos serviços, gestão e operação e administração dos recursos tecnológicos que lhe foram confiados no âmbito do contrato celebrado, bem como a transferência do know-how, entrega do código fonte, caso ainda não tenha sido efetuada, de todas as aplicações especificamente licenciadas e desenvolvidas para a entidade adjudicante no âmbito do contrato e respetivos serviços de suporte tecnológico.

3. O processo de transferência ou transição comporta o respeito pelos prazos e condições estipulados no presente caderno de encargos ou no convite que vier a ser dirigido para a celebração do contrato em causa, não podendo o prazo máximo para este processo ser superior a 1 (um) mês e devendo o mesmo estar incluído no prazo global do contrato.

4. O adjudicatário compromete-se a executar os trabalhos da transferência em moldes que não prejudiquem a disponibilidade ininterrupta dos serviços e mantendo as responsabilidades e obrigações emergentes deste contrato, até estar finalizado o processo de transferência.

5. Todos os custos da mão-de-obra necessária à execução dos trabalhos da transferência são da responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 32.^a - Cessão da posição contratual e subcontratação

1. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato que vier a ser celebrado, nem subcontratar total ou parcialmente os serviços incluídos no mesmo, sem autorização prévia e por escrito da entidade adjudicante nos termos do Código dos Contratos Públicos.

2. A cessão da posição contratual e subcontratação pelo adjudicatário, obedece ao disposto nos artigos 316.^o e seguintes do CCP.

3. A autorização da subcontratação e da cessão da posição contratual depende:



- a. Da prévia apresentação dos documentos de habilitação relativos ao potencial cessionário que sejam exigidos ao cedente na fase de formação do contrato;
 - b. Do preenchimento, por parte do potencial subcontratado ou cessionário, dos requisitos mínimos de capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do contrato.
4. A entidade adjudicante aprecia, designadamente, se o subcontratado ou o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.
5. Em caso de incumprimento, pelo adjudicatário, das suas obrigações, quando estejam reunidos os pressupostos para a resolução do contrato, este cede a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pela entidade adjudicante, pela ordem sequencial daquele procedimento, nos termos do artigo 318.º-A do CCP.

CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 33.ª – Obrigações do adjudicatário no que concerne aos trabalhadores afetos aos serviços

O adjudicatário obriga-se, também, no que concerne aos seus trabalhadores, ao cumprimento do disposto no artigo 419.º-A do CCP, aplicável ao presente contrato por via da remissão do artigo 451.º do CCP.

Cláusula 34.ª – Prazos e regras de contagem na execução

Os prazos estabelecidos para efeitos de execução do contrato que vier a ser celebrado, excluindo os que se inserem nas cláusulas técnicas, contam-se de acordo com as seguintes regras:

- a) Os prazos começam a contar a partir do momento em que a entidade adjudicante comunica a ocorrência ao adjudicatário;
- b) Os prazos são fixados em dias de calendário, salvo se diferentemente assinalado;
- c) Quando o último dia do prazo for sábado, domingo feriado ou dia em que os serviços da entidade adjudicante, por qualquer causa, se encontrem encerrados, passa para



o primeiro dia útil subsequente.

Cláusula 35.^a - Comunicações e notificações

1. Em sede de execução contratual, todas as comunicações ou notificações da entidade adjudicante dirigidas ao adjudicatário são efetuadas por escrito e enviadas através de correio eletrónico com aviso de entrega, carta registada com aviso de receção ou fax, de acordo com os seguintes elementos:

Morada: Av. 24 de Julho, n.º 134 – 5.º - 1399-029 Lisboa

Fax: 213907003

e-mail: compras@igefe.mec.pt.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

3. As comunicações entre a entidade adjudicante e o adjudicatário devem ser redigidas em português, podendo ser efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, ou por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção.

4. As notificações e as comunicações consideram-se feitas:

- a) Na data da respetiva expedição, quando efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, salvo o disposto no número seguinte;
- b) Na data constante do relatório de transmissão bem-sucedido, quando efetuado através de telecópia, salvo o disposto no número seguinte;
- c) Na data indicada pelos serviços postais, quando efetuadas por carta registada;
- d) Na data da assinatura do aviso, quando efetuadas por carta registada com aviso de receção.

Cláusula 36.^a - Gestor do contrato



Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P.

✉ Av. 24 de Julho, n.º. 134 • 1399-029 Lisboa - ☎ 213 949 200 - 📠 213 907 003 - geral@igefe.medu.pt - <http://www.igefe.mec.pt>

1. Aquando da adjudicação, será designado pela entidade adjudicante o gestor do contrato, o qual acompanhará permanentemente a sua execução nos termos do artigo 290.º-A do CCP.
2. O adjudicatário deverá indicar a pessoa na sua organização que será responsável pela execução do contrato, e que será o interlocutor com o gestor do contrato designado pelo IGeFE, I.P..

Cláusula 37.ª - Foro competente para a resolução de litígios

1. Para o conhecimento de quaisquer litígios emergentes do contrato, designadamente relativos à respetiva interpretação, execução, incumprimento, invalidade, resolução ou redução, é competente o foro da comarca de Lisboa.
2. As partes podem derrogar o disposto no número anterior por acordo escrito, decidindo submeter à arbitragem algum litígio específico.

Cláusula 38.ª - Legislação aplicável

1. Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado no presente caderno de encargos, aplicam-se as disposições constantes no Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, bem como as restantes disposições legais e regulamentares em vigor, de acordo com a natureza do objeto a contratar.
2. As normas do Código dos Contratos Públicos relativas à fase de execução do contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

PARTE II - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Cláusula 39.^a - CENTRO DE MONITORIZAÇÃO

1. Para a prestação do SERVIÇO o adjudicatário obriga-se a implementar um centro de monitorização que será utilizado para acesso, monitorização e controlo da infraestrutura de segurança física das escolas, de acordo com as especificações previstas na presente Parte II.
2. O adjudicatário garantirá a receção e monitorização de alarmes e videovigilância na forma centralizada na Central de Receção e Monitorização de Alarmes legalmente certificada para o efeito, nos termos da lei n.º 34/2013, de 16 de maio, na sua redação atual, e cumprirá os requisitos técnicos e específicos de verificação de alarmes e videovigilância previstos na Portaria n.º 273/2013, de 20 de agosto.
3. A obrigação de implementação prevista nos números anteriores deverá estar concluída no prazo de 5 (cinco) dias a contar do início de produção de efeitos do contrato, sendo que no período de tempo que decorre desde o início de vigência de contrato e o término da implementação do centro de monitorização, o adjudicatário é responsável por todas as formas não automáticas de prestação do serviço.
4. A efetiva prestação dos serviços de ligação a central de receção e monitorização de alarmes tem início a partir dia útil seguinte à aceitação pela entidade adjudicante das obrigações de implementação. Caso a central de receção e monitorização de alarmes já exista e esteja em conformidade com todos os requisitos presentes na atual Caderno de Encargos, a prestação de serviço tem efeitos imediatos.
5. A aceitação da obrigação de implementação tem lugar após a realização com sucesso de testes de aceitação realizados pela entidade adjudicante com vista a comprovar a adequação das soluções implementadas e a sua conformidade com o conteúdo da proposta adjudicada.
6. O conteúdo dos Testes de Aceitação é definido pelo adjudicatário, em articulação com a entidade adjudicante, devendo por esta ser aprovados no prazo de 5 (cinco) dias a contar do início de produção de efeitos do contrato.

7. A aceitação da instalação é formalizada através da emissão do correspondente auto. 8. A aceitação prevista na presente cláusula não impede a verificação posterior das falhas ou incumprimentos que se registem quanto às condições técnicas e operacionais do centro de monitorização e do sistema de gravação implementados ou a aplicação das correspondentes sanções contratualmente previstas para esses factos.

9. O adjudicatário obriga-se igualmente a utilizar um sistema centralizado numa Cloud privativa e que utilize o mesmo acesso que o da monitorização.

Cláusula 40.^a - MANUTENÇÃO E SUPORTE

1. O adjudicatário obriga-se a proceder à manutenção preventiva, corretiva e evolutiva dos sistemas instalados, designadamente:

- a. A manter atualizadas as versões de software que tiver instalado no sistema do centro de monitorização;
- b. A indicar com antecedência razoável as respetivas alterações e o seu impacto, sendo sua obrigação a compatibilização dos arquivos de dados, antes e após as atualizações de software;

2. Os serviços de suporte incluem todos os serviços necessários e adequados:

- a. A verificar e a assegurar o bom funcionamento dos sistemas de intrusão e vídeo existentes nos locais, evitando a ocorrência de quaisquer falhas;
- b. A diagnosticar a necessidade de reparar ou substituir hardware e software existentes nos sistemas de vídeo e intrusão existentes nos locais.

3. A componente de suporte do serviço é disponibilizada através de um ponto único de contacto, assegurando designadamente a receção, o tratamento e o acompanhamento de solicitações efetuadas pelas escolas ou pela entidade adjudicante ao adjudicatário.

4. O acompanhamento a que se refere o número anterior consiste, designadamente, na identificação e resolução de problemas e posterior follow-up, até que a solicitação em causa seja considerada concluída.

Cláusula 41.^a - SERVIÇOS DE RECEÇÃO DE ALARME E DE MONITORIZAÇÃO REMOTA



1. O adjudicatário presta os serviços de segurança e monitorização remota de acordo com o disposto no Anexo II do Caderno de Encargos.
2. As ocorrências identificadas pelo adjudicatário devem desencadear os mecanismos de reação previstos no Caderno de Encargos e ser registadas em local próprio:
3. O registo referido no número anterior contém designadamente os seguintes elementos:
 - a. Descrição, incluindo local, data e hora da ocorrência;
 - b. Identificação do funcionário que a tenha detetado;
 - c. Identificação dos meios desencadeados após a ocorrência, incluindo a hora em que o foram.
4. Os registos referidos no número anterior são remetidos, numa base mensal, à entidade adjudicante, até ao final do segundo mês seguinte àquele a que disserem respeito, acompanhados de relatório síntese de todas as ocorrências identificadas no período mensal em questão.
5. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o adjudicatário deve, sempre que tal lhe for solicitado pela entidade adjudicante, fornecer todos os elementos respeitantes a qualquer ocorrência, no prazo de 10 (dez) dias.

Cláusula 42.^a - NÍVEIS DE SERVIÇOS

1. O adjudicatário deve cumprir os níveis de serviço definidos no Anexo V da Parte II do Caderno de Encargos.
2. Em caso de incumprimento dos níveis de serviço por motivos imputáveis ao adjudicatário são aplicadas sanções contratuais pecuniárias calculadas nos termos do Anexo V da Parte II do Caderno de Encargos.
3. As sanções pecuniárias previstas no Anexo V da Parte II do Caderno de Encargos são de aplicação cumulativa em função dos níveis de serviço concretamente incumpridos em cada mês.

Cláusula 43.^a – GARANTIA



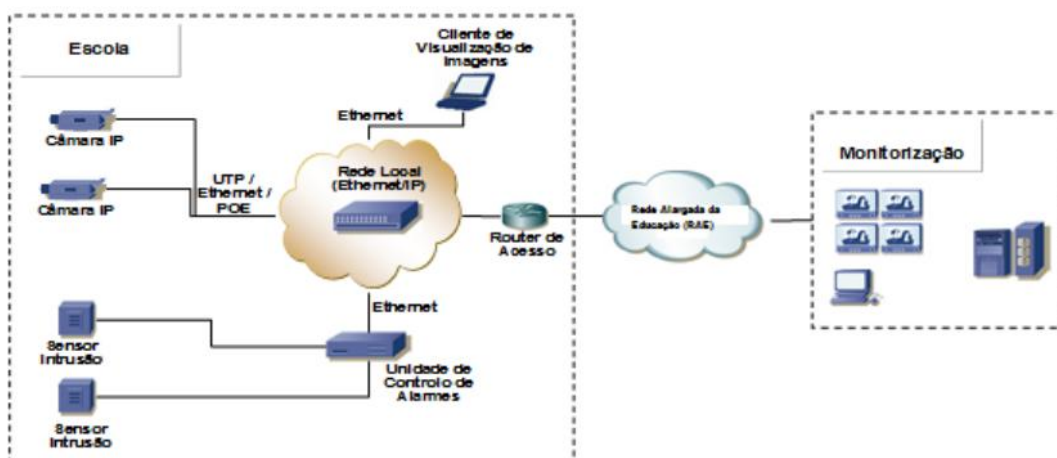
1. No âmbito da execução do contrato, o Adjudicatário garante no prazo de 1 (um) ano nos termos do disposto no artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos por remissão do artigo 451.º do mesmo Código
2. A garantia abrange a obrigação do Adjudicatário corrigir, a suas expensas, quaisquer defeitos ou discrepâncias detetados nas aplicações e/ou equipamento sobre atue decorrente da execução do contrato.

ANEXO I

1. ARQUITETURA DOS SISTEMAS ELETRÓNICOS DE SEGURANÇA

1.1. O sistema eletrónico de segurança de que beneficia o Ministério da Educação e os locais adiante identificados, que será objeto dos serviços a adquirir no âmbito do presente procedimento, é constituído por uma componente de videovigilância e por uma componente de sistema de alarmes de intrusão. A proposta deve cobrir a prestação de serviços de suporte aos sistemas de videovigilância e de alarmes instalados nas escolas (também referidas no presente Caderno de Encargos como “LOCAIS”) e também um sistema de monitorização e controlo central que permita a visualização/gravação e atuação sobre a totalidade dos sistemas instalados nas escolas abrangidas pelo contrato.

1.2. Ambos os sistemas (videovigilância e alarmes) são suportados sobre a rede local das escolas (Ethernet/ IP), de acordo com os requisitos técnicos descritos no ANEXO II. A arquitetura de implementação dos sistemas de videovigilância e alarmes está enquadrada na arquitetura de sistema descrita no diagrama seguinte:



1.3. O sistema eletrónico de segurança instalado nas escolas é composto por duas componentes: o sistema de videovigilância e o sistema de alarmes de intrusão.

1.4. A monitorização deve ser composta por componentes de hardware e de software necessários para monitorização, visualização, gravação e controlo centralizados dos sistemas de videovigilância e alarmes nas escolas.

1.5. O sistema de videovigilância nas escolas é composto pelos seguintes elementos:

- Câmaras IP – Câmaras de videovigilância que utilizam a rede IP para transporte de streams de vídeo e informação de controlo. As câmaras são alimentadas através de POE, contendo opções de indoor e outdoor, com capacidade para captação de imagens de dia e de noite;
- Cliente de Visualização de Imagens – Cliente de software que permita o acesso autenticado ao sistema de gravação e controlo para visualização de imagens apenas em tempo real. A sua utilização é exclusiva das escolas.

1.6. O sistema de alarmes nas escolas é composto pelos seguintes elementos:

- Sensores – Vários tipos de sensores de alarme de intrusão, nomeadamente detetores de dupla tecnologia (PIR e Micro-ondas), sensores de contactos e detetor sísmico para cofre.
- Unidade de controlo de alarmes – Unidade de controlo de alarmes com capacidade de ativação sectorial. Capacidade de comunicação de eventos via rede IP.

1.7. Adicionalmente o sistema de alarmes inclui sirenes interiores e exteriores e teclados de ativação/desativação.

1.8. A monitorização identificada no esquema anterior é utilizada, pela entidade adjudicante, para acesso e monitorização da infraestrutura de segurança física das escolas. As notificações automáticas originadas pela monitorização só devem ser ativadas fora do período de funcionamento das escolas e com o objetivo específico de ser usado na deteção de intrusões e assaltos às escolas e na resposta a esses mesmos incidentes. Durante o período de funcionamento das escolas, a monitorização deve apenas atuar para efeitos de registo e despistagem de ocorrências no sistema de videovigilância e intrusão. Para estes efeitos, a mesma deve ser constituída pelos componentes de hardware e software necessários para permitir a monitorização e controlo de todos os sistemas de videovigilância e alarmes presentes nas escolas.

1.9. Os pontos seguintes especificam os requisitos técnicos suportados pelos sistemas de videovigilância e alarme a instalados nas escolas assim como pelo sistema de monitorização e controlo central existente.

2. EQUIPAMENTOS DOS SISTEMAS ELETRÓNICOS DE SEGURANÇA NAS ESCOLAS – SUBSISTEMA DE VIDEOVIGILÂNCIA

2.1. O sistema de videovigilância nas escolas é composto por câmaras de videovigilância e por um sistema de gravação e controlo central. O sistema é baseado em comunicação IP, suportado sobre a rede local das escolas, numa VLAN devidamente segmentada e protegida, que se encontra excluída do objeto do presente procedimento. O sistema implementado e a manter, nas escolas, inclui também um cliente que permite o acesso remoto, autenticado, a imagens adquiridas pelo sistema de videovigilância em tempo real.

2.2. As câmaras interiores instaladas nas escolas são da seguinte marca e modelos:

- AXIS 225FD 10 mm (descontinuada), substituída pela AXIS P3363-VE 12 mm;

2.3. A componente de vídeo interior instalada nas escolas possibilita os seguintes requisitos mínimos:



a) Capacidades Genéricas – Câmara IP fixa do tipo dome com scan progressivo; com comutação automática para funcionalidade dia e noite, sensibilidade a cores de 1 Lux a F/1.4 (ou equivalente) e a preto e branco de 0,3 lux a F/1.4 (ou equivalente); proteção contra vandalismo; possibilidade de ajuste da orientação manual de câmara (pan, tilt, roll), no momento da instalação ou posterior.

a) A dome é fumada (smoked cover);

b) Lente e Sensibilidade – Varifocal (mínimo 3-8,0 mm), Autoliris;

c) Características de Imagem – Suporte de MJPEG e MPEG-4, resoluções obrigatórias CIF e 2CIF (opcional 4CIF), com capacidade até 25 fps/ ips (frames por segundo ou imagens por segundo) a 2CIF (opcional a 4CIF);

d) Alimentação – POE (Power Over Ethernet). Ligação da câmara é efetuada a switch da rede local da escola com POE, ou em alternativa através de injetor de POE ligado a switch de acesso sem POE; e) Interface de rede – Ligação Ethernet 100BaseT (alternativa 1000BaseT), sobre cabo UTP Categoria 6;

f) Alarmes e Áudio – Capacidades de áudio (mínimo input, opcional bidirecional), alarme por deteção do nível de ruído, mínimo de 1 Entrada de alarme e 1 saída de relé, atuação da entrada de alarme da câmara através de um sensor externo, atuação da saída de alarme da câmara, permitindo efetuar ações externas; deteção de movimento por múltiplas janelas definidas na imagem, com definição de sensibilidade por janela; deteção de bloqueio ou cobertura da câmara (sem imagem), deteção da alteração do posicionamento da câmara, deteção de tinta ou spray de graffiti, impedindo a captura de imagens;

g) Acesso remoto – As câmaras permitem acesso remoto via IP, implementando filtro de endereço IP para acesso às câmaras, e autenticação de utilizador. O acesso de utilizadores às câmaras deve ser registado, e deve ser restringido para cada utilizador por data/ hora, ou após certos eventos (alarmes); h) Condições ambientais – Temperatura de

0°C a 45°C, e humidade do ar de 15% a 85%. 2.4. As câmaras exteriores instaladas nas escolas são da seguinte marca e modelo: • AXIS 221 Barebone e respetivo housing DOME GLOBALPROOF (descontinuada), substituída pela AXIS P1343-E (sem housing).

2.5. A componente de vídeo exterior instalada nas escolas corresponde aos seguintes requisitos mínimos indicados para as câmaras de interior e, adicionalmente, dos seguintes requisitos mínimos:

- a) Câmara IP fixa para exteriores, com comutação automática para funcionalidade dia e noite; sensibilidade a cores de 1 Lux a F/1.4 (ou equivalente) e a preto e branco de 0,3 lux a F/1.4 (ou equivalente); proteção antivandalismo, e conforme IP66. Possibilidade de ajuste da orientação de câmara;
- b) Lente e Sensibilidade – Varifocal (mínimo 5-50 mm), Auto-Iris;
- c) Condições ambientais – Temperatura de -10°C a 50°C, e humidade relativa até 95% (sem condensação).

2.6. O sistema de visualização e controlo instalado nas escolas é composto pelos seguintes equipamentos e modo de funcionamento:

- Um computador pessoal, de marca genérica, cuja manutenção é de responsabilidade de cada escola, onde se encontra um visualizador em HTML, que serve os propósitos de visualização, ligando-se diretamente aos IPs privados de cada câmara.

3. EQUIPAMENTOS DOS SISTEMAS ELETRÓNICOS DE SEGURANÇA NAS ESCOLAS – SUBSISTEMA DE INTRUSÃO

3.1. O sistema de alarmes instalado nas escolas é constituído pelos equipamentos das seguintes marcas/modelos:

- Central Galaxy 3-48;
- Central Galaxy 3-144;
- Central GUARDALL PX500;
- Central SIEMENS SI410;
- Honeywell DT-7435EU;
- Honeywell UN3ATM;
- Honeywell RIO/B - Módulo Expansor Multiplexado;
- Honeywell ACTIVEGUARD Sirene Exterior;
- Honeywell WAVE-2 Sirene Interior;

- Honeywell MK-7 Teclado Multifunções.

3.2. A componente de alarmística instalada nas escolas assegura o cumprimento dos seguintes requisitos mínimos: o sistema é constituído por vários tipos de sensores, nomeadamente sensores de dupla tecnologia, de contactos magnéticos, sísmico para cofre, e por uma unidade de controlo dos referidos sensores. A unidade de controlo permite as comunicações através da rede IP. Adicionalmente o sistema tem sirenes interiores e sirenes exteriores.

3.3. A componente de controlo instalada nas escolas consegue assegurar o cumprimento dos seguintes requisitos mínimos:

a) A central permite a ativação sectorial de alarmes, com, pelo menos, 4 (quatro) partições, e duas opções de escala:

(Tipo A) – suporta 16 (dezasseis) zonas, expansível a, pelo menos, 64 (sessenta e quatro) zonas; (Tipo B) – Suporta 64 (sessenta e quatro) zonas expansíveis a, pelo menos, 128 (cento e vinte e oito) zonas. Permite ainda a programação dos alarmes por calendário;

b) Possibilita a criação de um mínimo de 32 códigos e níveis de acesso programáveis, com a facilidade de descrição literal da zona e do utilizador;

c) A memória comporta 250 eventos, com a indicação de hora e data e zona onde ocorreu o evento; d) Comunicação de alarmes a uma Central Recetora de Alarmes por TCP/IP, com bidirecionalidade para gestão remota de eventos, alteração de parametrização da central e gestão bidirecional, encriptação de dados, possibilidade do envio de alarmes a duas recetoras para redundância, aviso de corte de linha local e na recetora (polling), autoregisto do módulo IP na recetora;

e) Os teclados de operação são do tipo visor LCD e a central suporta até 8 destes teclados;

f) O sistema permite a integração de sensores de incêndio, inundação, gás, CO2 e outros.

3.4. A componente de intrusão (detetores) instalada nas escolas compreende:

a) Detetores tipo “PIR”, de dupla tecnologia (infravermelhos/ microondas), com ângulo 0 e alcance mínimo de 10x10m. Proteção contra falsos alarmes provocados por pequenos animais ou insetos;

b) Detetores de contactos magnéticos para deteção de abertura de portas;

c) Detetor sísmico para cofre.

4. MONITORIZAÇÃO CENTRAL – SISTEMAS EXISTENTES

4.1. A recolha de alarmes provenientes das unidades de controlo instaladas nas escolas é assegurada por duas centrais recetoras, com capacidade para tal, e por um sistema autónomo de gestão de um subconjunto de escolas.

4.2. Toda a gestão de alarmes e de gravações está, atualmente, suportado no sistema AGORA SECURITY MANAGEMENT SOFTWARE, personalizado no passado para cumprir com os requisitos específicos do Ministério da Educação. O Adjudicatário pode, no entanto, desenvolver ou adquirir outro sistema de software sem custos adicionais ou que preconizem custos anuais de licenciamento.

ANEXO II

1. REQUISITOS TÉCNICOS GENÉRICOS A QUE DEVEM OBEDECER OS SISTEMAS ELETRÓNICOS DE SEGURANÇA

1.1. O presente anexo especifica os requisitos técnicos dos sistemas de videovigilância e alarme a instalados nas escolas assim como pelo sistema de monitorização e controlo central a instalar no centro de monitorização.

1.2. Os componentes do sistema de monitorização e segurança eletrónica devem permitir, em conjunto, com os níveis de serviço definidos no ANEXO VI, uma disponibilidade mensal da infraestrutura em cada uma das escolas abrangidas pelo contrato a celebrar não inferior a 99,99%, salvo quando a responsabilidade da resolução de avarias seja imputáveis a outras equipas ou apenas resolúveis com deslocações de equipas técnicas aos LOCAIS ou com troca de hardware nos LOCAIS.

1.3. A monitorização, com notificação automática, no âmbito da execução do contrato a celebrar deve ser utilizada apenas fora do horário de funcionamento escolar, com leituras decorrentes do controlo dos sistemas de videovigilância e alarmes das escolas, com o objetivo de prevenir ou atuar sobre incidentes de intrusão ou assalto às escolas. Dentro do horário escolar, a monitorização deve apenas apoiar as tarefas de acompanhamento e suporte, desencadeado

todas as ações de suporte necessárias ao correto arme e desarme das escolas. O preço de todo o hardware e software necessário para esta monitorização e controlo dos sistemas de segurança física instalados nas escolas está incluído no preço contratual.

1.4. Os componentes deste sistema devem ser instalados na Área Metropolitana de Lisboa, em instalações do fornecedor ou em local a designar pela entidade adjudicante, devendo os custos de desenho, montagem, instalação, configuração e testes do sistema de monitorização, bem como outros custos associados à operação de monitorização, ser incluídos na proposta a apresentar.

1.5. O sistema de monitorização central deve cumprir os seguintes requisitos mínimos:

- a) Receção de Alarmes – Deve permitir a receção de alarmes dos sistemas de todas as escolas indicadas no ANEXO V, cumprindo os requisitos técnicos definidos neste anexo e de acordo com os cenários de escala indicados no ANEXO IV.
- b) Videovigilância – Deve permitir a receção de alarmes de movimento, alteração de imagem ou nível de ruído dos sistemas de videovigilância internos de todas as escolas indicadas no ANEXO V e abrangidas pelo contrato a celebrar, cumprindo os requisitos técnicos deste anexo e de acordo com os cenários de escala indicados no ANEXO IV. Deve igualmente permitir o acesso remoto e visualização de imagens em tempo real do sistema de videovigilância das escolas.
- c) Gravação – O sistema deve incluir capacidades de gravação de streams de vídeo a pedido ou espoletadas automaticamente por um incidente numa escola (alarme). O sistema de gravação deve permitir a gravação simultânea de, pelo menos, 10 streams de vídeo provenientes de uma escola, com uma qualidade mínima 2CIF (ou alternativa em formato VGA com resolução superior) a 2 fps utilizando MPEG4 ou equivalente (cada stream não deverá ultrapassar os 500kbps na WAN). O sistema deve estar dimensionado em termos de capacidade de armazenamento para suportar a gravação apenas daqueles incidentes que se confirmem corresponder a intrusões/assaltos ou prática de outros crimes, devendo ser exportados para CD, DVD ou memória USB em duplicado (para backup) e entregue uma cópia às entidades competentes na sequência de resposta ao incidente;

- d) Alarmes de sistema – A receção de um alarme dos sistemas de intrusão ou dos sistemas de videovigilância das escolas, deve despoletar um aviso sonoro no sistema central, com um pop-up indicação do tipo e localização do alarme, e visualização das câmaras na escola. Ao nível de gestão remota devem estar disponíveis as seguintes funcionalidades: armar, desarmar, isolar zonas em falha, fazer alterações de calendário e alteração dos dados de transmissão, por IP;
- e) Gestão multiutilizador – O sistema deve ter capacidades de gestão multiutilizador, permitindo o acesso ao sistema de alarmes e videovigilância das escolas apenas fora do horário escolar. O sistema deve ter capacidades de auditoria e registo de todas as ações dos utilizadores para Log (seguro);
- f) Visualização – O sistema deve permitir a gestão de múltiplos écrans pelo operador (Multi Monitor) e a configuração da distribuição das janelas pelo operador/utilizador, assim como implementar a navegação através dos recursos, por plantas e mapas, e disponibilização de zoom digital com visualização;
- g) Procura de Imagens – o sistema deve implementar um sistema de procura de imagens gravadas por data/hora, escola, câmara, incidente/alarme;
- h) Gestão e supervisão do sistema – Ferramenta de gestão com capacidades de supervisão e alteração de parâmetros gerais ou particulares de uma ou de todas as câmaras, upgrade de firmware de todas as câmaras de um modo centralizado (individualmente ou por grupos de equipamento) disponibilizando o estado do mesmo, incluindo estados das câmaras (falhas, etc.). Gestão e controlo centralizados dos sistemas de gravação (incluindo falhas, nível de disco, registo de ações de utilizadores, etc.). Deve igualmente ser possível efetuar a configuração, gestão, testes periódicos e manutenção remota das centrais de intrusão instaladas nas escolas;
- i) Componentes – Os fornecedores devem propor uma solução para este centro de monitorização, incluindo 4 + 4 Écrans TFTs de 23” para visualização de alarmística e de CCTV, e todo o hardware e software necessário para implementar os requisitos anteriores. Devem igualmente identificar os requisitos de comunicação e energia necessários para o bom funcionamento da solução.

1.6. A componente de gravação e controlo centralizada assegura o cumprimento dos seguintes requisitos mínimos:

- a) Gravação, pós-alarme de intrusão, de clips de vídeo com a duração de 90 segundos;
- b) Uso de módulos de gravação contínua para efeitos de captação e obtenção de imagens de pré-alarme incluindo a gravação, pré-alarme de intrusão externa - vídeo com a duração de 5 minutos. O pré-alarme deve permitir a definição de horário de funcionamento para a escola/grupo de escolas, definido centralmente.
- c) Suporte para, pelo menos, 16 (dezassexis) câmaras IP em simultâneo, a 12fps com qualidade de imagem 2CIF em simultâneo (ou alternativa em formato VGA com resolução superior). Capacidade de suportar, em simultâneo, gravação de vídeo, visualização ao vivo e acesso a gravações. O sistema deve suportar marca de água para verificação de autenticidade das imagens gravadas (preferência de marca d'água originada na câmara);
- d) O sistema é capaz de despoletar gravação por horários/calendário, deteção de movimento no campo visual da câmara ou alteração de imagem e por alarme despoletado pelo sistema de alarmes de intrusão ou outras câmaras no sistema, mas, neste momento, as gravações apenas ocorrem em conformidade com o disposto na alínea a);
- e) O sistema tem a capacidade de automaticamente apagar imagens gravadas ao final de 30 (trinta) dias, e, quando esgotar o espaço de armazenamento, deve ter capacidade para continuar a gravar por cima dos registos de vídeo mais antigos;
- f) Flexibilidade de formatos/qualidade de imagem – A gravação pode ser configurável por câmara: compressão, tamanho, qualidade e número de fps. O sistema deve ter a capacidade para gravar o stream vídeo de uma câmara específica até 25fps a 2CIF (ou alternativa em formato VGA com resolução superior). O sistema deve ter a capacidade para aumentar a qualidade de gravação para este valor até 5 câmaras em simultâneo por configuração a pedido do utilizador. O sistema deve ter igualmente capacidade para, num determinado horário (fora do horário de funcionamento das escolas), gravar uma imagem num formato 2CIF (ou VGA com resolução superior) a 25fps e enviar para o centro de monitorização uma stream com uma qualidade de imagem inferior

(configurável CIF/2CIF, de 1 fps a 5 fps, ou alternativas em formatos VGA de resoluções superiores aos formatos CIF/2CIF respetivamente). Contudo, mais uma vez se saliente que, atualmente, as gravações apenas ocorrem em conformidade com o disposto nas alíneas a) e b);

g) Capacidade de acesso remoto via rede IP (monitorização ou Software em PC por parte da escola). O formato de visualização é MPEG4, ou equivalente em termos de qualidade;

2. REQUISITOS TÉCNICOS ESPECÍFICOS DOS SERVIÇOS DE MONITORIZAÇÃO/VIDEOVIGILÂNCIA

O Estado Português, através do Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P. pretende a prestação do serviço de ligação do sistema eletrónico de segurança física das escolas públicas com 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, a central de receção e monitorização de alarmes fora do horário de funcionamento das escolas (ex. à noite, fins-de-semana e feriados, férias escolares) e um serviço de intervenção no caso de ser detetado um alarme numa determinada escola (piquete).

2.1. O serviço de monitorização/videovigilância deve cumprir os seguintes requisitos mínimos:

- a) O sistema de monitorização de videovigilância e alarmística a utilizar corresponde ao que resultar do presente procedimento;
- b) Pretende-se que o serviço de monitorização/videovigilância seja efetuado apenas fora do horário de funcionamento das escolas objeto do concurso para os dias úteis, fins-de-semana, feriados e férias escolares;
- c) O adjudicatário deve afetar, em termos de recursos humanos, pelo menos 5 (cinco) operadores qualificados em simultâneo e em exclusivo ao serviço de monitorização na central de monitorização, dentro dos horários de funcionamento previstos para o efeito na alínea b);
- d) Através do sistema central de gestão de videovigilância e alarmes o adjudicatário tem a possibilidade de responder a eventos detetados, devendo verificar se são falsos alarmes através da monitorização e controlo do sistema de videovigilância;
- e) O processo de verificação mediante videovigilância apenas pode começar quando o sinal de alarme seja recebido na central e confirmado pelo operador, devendo o sistema

registar as imagens no momento exato do alarme e por período de tempo não inferior a cinco segundos, de forma a identificar a causa do alarme.

f) No caso de não poder confirmar uma situação de falso alarme, o adjudicatário deve comunicar a ocorrência do alarme ao responsável escolar no prazo máximo de 10 minutos;

g) No caso de, após o contacto referido na alínea anterior ou na impossibilidade, não imputável ao adjudicatário, de proceder a esse contacto, não poder confirmar uma situação de falso alarme, o adjudicatário procede à deslocação de piquete para junto do LOCAL em que se deu o alarme.

h) No caso previsto na alínea anterior, ou se por meios técnicos se confirme um alarme real, o serviço de resposta e intervenção de alarmes deve ser assegurado por pessoal de vigilância habilitado, uniformizado e em veículos identificados, devendo estar equipado com alarme pessoal e meios de comunicação que assegurem o contacto permanente com a central de receção e monitorização de alarmes

i) No caso de verificar uma situação de intrusão, o adjudicatário deve informar as autoridades competentes para intervenção sobre o incidente, no espaço de tempo máximo de 10 (dez) minutos a contar dessa verificação, seja no LOCAL, seja na central de monitorização, devendo-se cumprir com o disposto no art.º 66.º da Portaria n.º 273/2013, publicada em DR, n.º 159, 2.ª série, em 20 de agosto, na sua redação atual.

j) No caso do adjudicatário ter comunicado um alarme confirmado que resulte em falso alarme, cabe ao adjudicatário proceder conforme o disposto no art.º 67.º da Portaria n.º 273/2013, publicada em DR, n.º 159, 2.ª série, em 20 de agosto, na sua redação atual

k) Os relatórios técnicos enviados à força de segurança territorialmente competente, nos termos da alínea anterior devem ser também comunicados à entidade adjudicante em simultâneo.

l) Nesses relatórios deverão constar, designadamente, as conclusões da inspeção realizada e indicação de intervenção técnica destinada a suprir ou corrigir as deficiências técnicas de conceção e instalação do sistema que possam existir, de forma a não se registar mais nenhum falso alarme.

2.2. O sistema deve estar capacitado para:

- a) Um mês após a entrada em operação, ser capaz de correlacionar alarmes por tipo, por arquitetura dos LOCAIS, por frequência e, ainda, por corelacionamento entre alarmes de intrusão e vídeo;
- b) O sistema central deve ser capaz de monitorizar os alarmes provenientes de sistemas locais multimarca, possibilitando desta forma a ligação das escolas categorizadas como “A definir” no Anexo III;
- c) Deve ser assegurado o acesso por parte do IGeFE e da DGEstE, em tempo real, ao software de monitorização, sendo que este acesso permite a consulta de toda a informação, com exceção dos dados sensíveis ou imagens gravadas.

2. REQUISITOS PARA OS SERVIÇOS DE SUPORTE

2.1. O serviço de suporte dos sistemas eletrónicos de segurança deve cobrir todos os equipamentos ativos (e.g. câmaras, sistema gravação e controlo, sensores, unidade de controlo de alarmes, equipamento centro de monitorização), assim como todos os passivos implementados.

2.2. O horário de intervenção no âmbito da prestação dos serviços referidos corresponde ao horário normal de funcionamento das escolas.

2.3. Estes serviços incluem todo o atendimento telefónico ou o tratamento de pedidos no portal, provenientes das escolas, de forma a esclarecer, apoiar e utilizar corretamente os sistemas de intrusão e de videovigilância.

3. REQUISITOS PARA A PRESTAÇÃO DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS

3.1. A Entidade Adjudicante pode requerer ou aprovar trabalhos de manutenção preventiva e corretiva nas escolas identificadas no Anexo IV.

3.2. Tais trabalhos assumem a seguinte tipologia:

- a) Pequenas intervenções – troca de baterias, detetores, injetores de corrente, fusíveis diversos.

b) Médias intervenções – troca de fontes de alimentação, RIOs, reprogramação parcial da central e placa Ethernet.

c) Grandes intervenções - troca de centrais de intrusão, troca de câmaras de videovigilância, reprogramação completa da central de intrusão, introdução de mecanismos de codificação/descodificação de eventos e de conversão de vídeo.

3.3. Na tipificação e custo estão incluídos os materiais, a deslocação e a mão de obra.

3.4. Todas as intervenções autorizadas, após validação do custo por parte da Entidade Adjudicante, devem ser executadas no prazo de 15 dias úteis.

3.5. Em todas as intervenções autorizadas, deve ser feito o inventário dos materiais retirados bem como dos novos materiais instalados. Esse inventário deve ser registado, no próprio dia ou no dia seguinte à intervenção, em plataforma desenvolvida pela Entidade Adjudicante (os campos do formulário serão validados em reunião mensal entre as partes no Início do contrato) ou em formulário eletrónico partilhado com o adjudicatário.

3.6. Em todas as intervenções existe a necessidade de alteração dos endereçamentos das centrais de alarme. Essa troca terá de ser executada nas intervenções a realizar, caso não seja possível efetuar remotamente.

4. REQUISITOS PARA A CESSAÇÃO DO CONTRATO

4.1. Com o termo do contrato, independentemente da respetiva causa, o adjudicatário transfere para a ENTIDADE ADJUDICANTE, sem custos ou encargos adicionais (respeitantes à manutenção do direito de utilização da cloud) todos os direitos de licenciamento da solução ou da própria e as funcionalidades e equipamentos necessários a essa utilização nem implicar o pagamento de qualquer quantia por parte da ENTIDADE ADJUDICANTE, seja ao adjudicatário, seja a terceiro.

4.2. No caso da ENTIDADE ADJUDICANTE vir a ser demandada por causa disto, o adjudicatário é integralmente responsável pelo pagamento de todas as quantias que vierem a ser exigidas à entidade adjudicante em desconformidade com as condições ora estabelecidas.

ANEXO III**1. CENÁRIOS DE IMPLEMENTAÇÃO**

1.1. Os cenários de implementação dos sistemas de videovigilância e de alarmes nas escolas, em conformidade com as características e os requisitos mínimos identificados nos ANEXOS I e II, são os seguintes:

- a) Módulo Alarmes Tipo A – Sistema de alarme com 15 sensores dupla tecnologia, um detetor sísmico para cofre, uma sirene externa, uma sirene interna, unidade de controlo de alarmes, 1 teclado adicional. A implementar nas escolas com 30, ou menos, espaços físicos, como listado no Anexo V;
- b) Módulo de Alarmes Tipo B – Sistema de alarme 63 sensores dupla tecnologia e um detetor sísmico para cofre, duas sirenes externas, uma sirene interna, unidade de controlo de alarmes, 4 teclados adicionais. A implementar nas restantes escolas (com mais 30 espaços físicos, como listado no Anexo V).
- c) Módulo de Videovigilância – Sistema de videovigilância, com 5 câmaras interiores e 5 câmaras exteriores, fixas, com operação dia/noite e deteção de movimento. Sistema de gravação (hardware/software) com capacidade de armazenamento a 2CIF (ou alternativa em formato VGA com resolução superior) / 12 fps / 30 dias / apenas após deteção de movimento ou outro alarme. Um software cliente para acesso via IP ao sistema de gravação, a ser instalado em todas as escolas.

1.2. A correspondência entre as escolas (LOCAIS) e os cenários de implementação que as caracterizam consta da tabela a que corresponde o ANEXO V, resumindo-se no seguinte:

Cenário de Implementação	Módulo Alarmes Tipo A	Módulo Alarmes Tipo B	Módulo de Videovigilância	A definir
Nº de Escolas ou LOCAIS	378	683	1061	113

ANEXO IV

LISTA DE ESCOLAS TOTAL

a) Escolas com sistema de intrusão e vídeo (com serviço completo):

Código	Designação
1110531	Escola Secundária Camilo Castelo Branco, Carnaxide, Oeiras
1821681	Escola Básica de Caramulo, Tondela
1821220	Escola Secundária de Molelos, Tondela
814995	Escola Básica D. Manuel I, Tavira
1510845	Escola Básica Paulo da Gama, Amora, Seixal
1510332	Escola Secundária Alfredo dos Reis Silveira, Cavadas, Seixal
603009	Escola Básica n.º 2 de São Silvestre, Coimbra
1510907	Escola Básica Pedro Eanes Lobato, Amora, Seixal
603749	Escola Básica n.º 2 de Taveiro, Coimbra
1503760	Escola Básica Comandante Conceição e Silva, Cova da Piedade, Almada
603775	Escola Básica Inês de Castro, São Martinho do Bispo, Coimbra
1503869	Escola Básica D. António da Costa, Almada
1503581	Escola Básica e Secundária Francisco Simões, Laranjeiro, Almada
603321	Escola Básica de Ceira, Coimbra
1503009	Escola Básica de Alembrança, Feijó, Almada
603779	Escola Secundária D. Dinis, Coimbra
1503636	Escola Básica de Vale Rosal, Vale Fetal, Almada
1003068	Escola Básica n.º 2 de Avelar, Ansião
1503763	Escola Básica Carlos Gargaté, Charneca de Caparica, Almada
1503524	Escola Básica do Miradouro de Alfazina, Monte de Caparica, Almada
617192	Escola Básica e Secundária Dr. Daniel de Matos, Vila Nova de Poiares
1504010	Escola Básica da Quinta da Lomba, Barreiro
613180	Escola Básica de São Pedro de Alva, Penacova
1806731	Escola Básica Ana de Castro Osório, Mangualde
1506010	Escola Básica D. João I, Baixa da Banheira, Moita
1510499	Escola Básica Carlos Ribeiro, Pinhal de Frades, Seixal
1823567	Escola Básica Infante D. Henrique, Repeses, Viseu
1507684	Escola Secundária Poeta Joaquim Serra, Montijo
1512623	Escola Básica Luísa Todi, Setúbal
1106844	Escola Básica Luís de Camões, Lisboa
1106365	Escola Básica Nuno Gonçalves, Lisboa

101258	Escola Básica de Aguada de Cima, Águeda
1106696	Escola Secundária Marquês de Pombal, Lisboa
101083	Escola Básica Professor Artur Nunes Vidal, Fermentelos, Águeda
1106235	Escola Básica Manuel da Maia, Lisboa
101607	Escola Básica de Valongo do Vouga, Águeda
808306	Escola Básica Dr. António de Sousa Agostinho, Almancil, Loulé
1312289	Escola Básica Leonardo Coimbra - Filho, Porto
1312833	Escola Básica da Areosa, Porto
1106997	Escola Artística do Instituto Gregoriano de Lisboa
1110770	Escola Básica João Gonçalves Zarco, Cruz Quebrada-Dafundo, Oeiras
1106255	Escola Básica da Quinta de Marrocos, Lisboa
1106922	Escola Básica Paula Vicente, Lisboa
1312027	Escola Básica Nicolau Nasoni, Porto
1317742	Escola Básica Soares dos Reis, Vila Nova de Gaia
1106260	Escola Básica de Telheiras, Lisboa
1317573	Escola Básica de Santa Marinha, Vila Nova de Gaia
1106518	Escola Básica Almirante Gago Coutinho, Lisboa
1106946	Escola Básica do Bairro Padre Cruz, Lisboa
1107078	Escola Básica de Castanheiros, Caneças, Odivelas
1106449	Escola Básica do Alto do Lumiar, Lisboa
1315577	Escola Básica e Secundária de Campo, Valongo
1106204	Escola Básica dos Olivais, Lisboa
1315595	Escola Básica de Vallis Longus, Valongo
1106158	Escola Básica Patrício Prazeres, Lisboa
1315134	Escola Secundária de Valongo
1106295	Escola Básica das Olaias, Lisboa
1315926	Escola Secundária de Alfena, Valongo
1414335	Escola Básica Fernando Casimiro Pereira da Silva, Rio Maior
1103010	Escola Básica de Azambuja
1103901	Escola Secundária da Azambuja
1403268	Escola Secundária Marquesa de Alorna, Almeirim
1404524	Escola Básica e Secundária José Relvas, Alpiarça
1416762	Escola Básica Alexandre Herculano, Santarém
1418344	Escola Secundária de Santa Maria do Olival, Tomar
1418445	Escola Básica de Santa Iria, Tomar
1419522	Escola Básica e Secundária Artur Gonçalves, Torres Novas
1308627	Escola Básica da Barranha, Senhora da Hora, Matosinhos
1308069	Escola Básica da Senhora da Hora, Matosinhos

1308021	Escola Básica Maria Manuela Sá, São Mamede de Infesta, Matosinhos
1001452	Escola Básica Frei Estevão Martins, Alcobaça
1001811	Escola Básica e Secundária D. Pedro I, Alcobaça
1001507	Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Cister, Alcobaça
1313649	Escola Básica Dr. Flávio Gonçalves, Póvoa de Varzim
1304945	Escola Básica de São Pedro da Cova, Gondomar
1311567	Escola Secundária Joaquim de Araújo, Guilhufe, Penafiel
1313392	Escola Secundária Eça de Queirós, Póvoa de Varzim
1108785	Escola Secundária Dr. João Manuel da Costa Delgado, Lourinhã
1113277	Escola Secundária Madeira Torres, Torres Vedras
1304679	Escola Básica e Secundária À Beira Douro, Gondomar
1114607	Escola Básica D. António de Ataíde, Castanheira do Ribatejo, Vila Franca de Xira
1311314	Escola Básica de Penafiel Sul
1107756	Escola Básica António Gedeão, Odivelas
1311524	Escola Básica D. António Ferreira Gomes, Milhundos, Penafiel
1111519	Escola Básica Professor Agostinho da Silva, Casal de Cambra, Sintra
1107021	Escola Básica Maria Veleza, Loures
1303465	Escola Básica Dr. Leonardo Coimbra, Lixa, Felgueiras
1311784	Escola Básica de Penafiel Sudeste
303689	Escola Básica de Braga Oeste, Cabreiros, Braga
303817	Escola Básica de Mosteiro e Cávado, Panóias, Braga
1314179	Escola Básica do Castro, Alvarelhos, Trofa
1107474	Escola Secundária José Cardoso Pires, Loures
1111215	Escola Básica e Secundária Gama Barros, Cacém, Sintra
303471	Escola Básica de Celeirós, Braga
1107568	Escola Secundária de Sacavém, Loures
1105403	Escola Básica e Secundária Ibn Mucana, Alcabideche, Cascais
1714208	Escola Secundária Camilo Castelo Branco, Vila Real
1105889	Escola Básica de Alcabideche, Cascais
811000	Escola Básica e Secundária da Bemposta, Portimão
807000	Escola Básica Tecnopolis de Lagos
502392	Escola Básica Professor Doutor António Sena Faria de Vasconcelos, Castelo Branco
1209689	Escola Básica de Gavião
501605	Escola Básica e Secundária Pedro Álvares Cabral, Belmonte
805585	Escola Básica Santo António, Faro
805823	'Escola Básica Dr. Joaquim Rocha Peixoto Magalhães, Faro
805473	'Escola Básica de Montenegro, Faro
810637	Escola Básica José Carlos da Maia, Olhão

1105122	Escola Básica e Secundária de Alvilde, Cascais
1105970	Escola Secundária de São João do Estoril, Cascais
312179	Escola Básica de Pedome, Vila Nova de Famalicão
1314712	Escola Básica Prof. Napoleão Sousa Marques, São Martinho de Bougado, Trofa
302185	Escola Básica de Fragoso, Barcelos
1607088	Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima
301001	Escola Secundária de Amares
1314807	Escola Básica de São Martinho, São Martinho do Campo, Santo Tirso
1602522	Escola Básica do Vale do Âncora, Vila Praia de Âncora, Caminha
1105531	Escola Secundária Fernando Lopes Graça, Parede, Cascais
1107313	Escola Básica Carlos Paredes, Póvoa de Santo Adrião, Odivelas
1513749	Escola Secundária Poeta Al Berto, Sines
808651	'Escola Básica Professor Sebastião José Pires Teixeira, Salir, Loulé
801596	'Escola Básica de Ferreiras, Albufeira
801532	Escola Básica Prof.ª Diamantina Negrão, Albufeira
713124	Escola Básica de Alcáçovas, Viana do Alentejo
1207836	Escola Básica de Vila Boim, Elvas
402719	Escola Básica Augusto Moreno, Bragança
813121	Escola Básica de Algoz, Silves
806719	Escola Básica Professor João Cónim, Estômbar, Lagoa
811550	Escola Básica Eng. Nuno Mergulhão, Portimão
1509628	Escola Básica n.º 1 de Santo André, Santiago do Cacém
1509053	Escola Básica n.º 1 de Cercal do Alentejo, Santiago do Cacém
1502959	Escola Secundária de Alcochete
1823994	Escola Básica Grão Vasco, Viseu
1106718	Escola Básica de Piscinas, Lisboa
1416130	Escola Secundária Dr. Ginestal Machado, Santarém
608447	Escola Secundária Dr.ª Maria Cândida, Mira
611009	Escola Básica de Cordinha, Oliveira do Hospital
1803914	Escola Secundária de Castro Daire
1809877	Escola Básica e Secundária Eng. Dionísio Augusto Cunha, Canas de Senhorim, Nelas
1809969	Escola Secundária de Nelas
1406809	Escola Básica D. Sancho I, Pontével, Cartaxo
1416829	Escola Básica D. João II, Santarém
1816332	Escola Básica de Santa Cruz da Trapa, São Pedro do Sul
1817364	Escola Básica de Ferreira de Aves, Sátão
1409574	Escola Básica Dr. Armando Lizardo, Coruche
1317564	Escola Básica de Vila D'Este, Vilar de Andorinho, Vila Nova de Gaia

1415969	Escola Básica de Mariniais, Salvaterra de Magos
1405396	Escola Básica de Porto Alto, Benavente
1416552	Escola Básica D. Manuel I, Pernes, Santarém
1103488	Escola Básica de Manique do Intendente, Azambuja
1405897	Escola Básica Professor João Fernandes Pratas, Samora Correia, Benavente
611698	Escola Básica de Ponte das Três Entradas, Oliveira do Hospital
1806767	Escola Básica Gomes Eanes de Azurara, Mangualde
1803126	Escola Básica de Mões, Castro Daire
1823204	Escola Básica D. Luis Loureiro, Silgueiros, Viseu
113470	Escola Básica de Carregosa, Oliveira de Azeméis
113513	Escola Básica e Secundária Dr. Ferreira da Silva, Cucujães, Oliveira de Azeméis
105888	Escola Básica Rio Novo do Príncipe, Cacia, Aveiro
118484	Escola Básica Dr. João Rocha - Pai, Vagos
115308	Escola Básica Florbela Espanca, Esmoriz, Ovar
115986	Escola Secundária de Esmoriz, Ovar
1421722	Escola Básica de Freixianda, Ourém
1402627	Escola Secundária de Alcanena
1402827	Escola Básica de Minde, Alcanena
112010	Escola Básica de Torreira, Murtosa
102639	Escola Básica de Albergaria-a-Velha
1418940	Escola Básica Gualdim Pais, Tomar
1305904	Escola Básica e Secundária de Lousada Norte
1305009	Escola Básica de Lousada Este
1114251	Escola Secundária Alves Redol, Vila Franca de Xira
1101757	Escola Básica Visconde de Chancelheiros, Merceana, Alenquer
1101992	Escola Básica de Abrigada, Alenquer
1315153	Escola Básica de Alfena, Valongo
1308693	Escola Básica de Perafita, Matosinhos
1317689	Escola Básica Escultor António Fernandes Sá, Gervide, Vila Nova de Gaia
1311754	Escola Básica de Paço de Sousa, Penafiel
1114301	Escola Básica do Bom Sucesso, Alverca do Ribatejo, Vila Franca de Xira
1111993	Escola Básica Alfredo da Silva, Albarraque, Sintra
1115554	Escola Básica Almeida Garrett, Alfragide, Amadora
1107534	Escola Básica Luis de Sttau Monteiro, Loures
1310046	Escola Básica e Secundária de Lordelo, Paredes
1310500	Escola Básica de Paredes
1314529	Escola Básica da Agrela e Vale do Leça, Santo Tirso
1114540	Escola Básica Padre José Rota, Forte da Casa, Vila Franca de Xira

1107969	Escola Básica Avelar Brotero, Odivelas
1107922	Escola Básica do Catujal, Loures
1107307	Escola Básica Bartolomeu Dias, Sacavém, Loures
1107453	Escola Básica Gaspar Correia, Portela, Loures
306016	Escola Básica de Forjães, Esposende
306499	Escola Secundária Henrique Medina, Esposende
306645	Escola Básica de Apúlia, Esposende
1510791	Escola Básica Nun'Álvares, Arrentela, Seixal
308169	Escola Básica do Vale de São Torcato, Guimarães
308445	Escola Básica Egas Moniz, Guimarães
1107838	Escola Básica de Santa Iria de Azóia, Loures
307811	Escola Básica de Silves, São Martinho, Fafe
1115235	Escola Básica Roque Gameiro, Reboleira, Amadora
1115390	Escola Básica D. Francisco Manuel Melo, Venteira, Amadora
1111892	Escola Básica Dr. Rui Grácio, Montelavar, Sintra
305328	Escola Básica da Mota, Celorico de Basto
313126	Escola Básica de Prado, Vila Verde
1111202	Escola Básica Rainha D. Leonor de Lencastre, São Marcos, Sintra
1105597	Escola Básica de São João do Estoril, Cascais
305314	Escola Básica de Gandarela, Celorico de Basto
1607085	Escola Básica e Secundária de Arcozelo, Ponte de Lima
1607788	Escola Básica António Feijó, Ponte de Lima
1110309	Escola Básica de São Bruno, Caxias, Oeiras
1110010	Escola Básica Professor Noronha Feio, Queijas, Oeiras
1504448	Escola Secundária Augusto Cabrita, Barreiro
1111637	Escola Básica Escultor Francisco dos Santos, Fitaes, Sintra
1604918	Escola Básica de Vale do Mouro, Tangil, Monção
1111613	Escola Básica Maria Alberta Menéres, Tapada das Mercês, Sintra
1510770	Escola Básica da Cruz de Pau, Seixal
1510944	Escola Básica de Corroios, Seixal
1503755	Escola Secundária de Cacilhas-Tejo, Almada
1111471	Escola Básica D. Pedro IV, Monte Abraão, Sintra
1111403	Escola Básica Ruy Belo, Queluz, Sintra
1805257	Escola Básica e Secundária da Sé, Lamego
1111602	Escola Básica Professor Galopim de Carvalho, Pendão, Sintra
1512114	Escola Básica Barbosa du Bocage, Setúbal
1512304	Escola Básica de Aranguez, Setúbal
1506585	Escola Secundária da Moita

1105601	Escola Básica de Cascais
1510784	Escola Básica de Vale de Milhaços, Seixal
1508166	Escola Básica José Saramago, Poceirão, Palmela
1107039	Escola Básica da Bobadela, Loures
1107926	Escola Básica de São João da Talha, Bairro do Estacal Novo, Loures
1109406	Escola Básica António Bento Franco, Ericeira, Mafra
1115905	Escola Básica de Alfovelos, Amadora
1014481	Escola Secundária de Peniche
1006011	Escola Básica D. João II, Caldas da Rainha
1009042	Escola Básica de Santa Catarina da Serra, Leiria
1421670	Escola Básica 4.º Conde de Ourém, Ourém
1016163	Escola Básica Dr. Manuel de Oliveira Perpétua, Porto de Mós
1016010	Escola Secundária de Porto de Mós
1001358	Escola Básica da Benedita, Alcobaça
1010147	Escola Secundária José Loureiro Botas, Vieira de Leiria, Marinha Grande
1403646	Escola Básica de Fazendas de Almeirim, Almeirim
401878	Escola Básica e Secundária de Alfândega da Fé
1317790	Escola Básica Júlio Dinis, Grijó, Vila Nova de Gaia
1110273	Escola Básica Conde de Oeiras, Oeiras
1712955	Escola Básica Júlio do Carvalhal, Valpaços
1712854	Escola Básica José dos Anjos, Carracedo de Montenegro, Valpaços
412497	Escola Básica e Secundária D. Afonso III, Vinhais
712269	Escola Básica n.º 1 de Vendas Novas
1111360	Escola Básica Professor Egas Moniz, Massamá, Sintra
506188	Escola Básica e Secundária Padre António de Andrade, Oleiros
508242	Escola Básica e Secundária Pedro da Fonseca, Proença-a-Nova
1011933	Escola Básica Amadeu Gaudêncio, Nazaré
1504438	Escola Básica da Quinta Nova da Telha, Alto do Seixalinho, Barreiro
1504723	Escola Básica e Secundária de Santo António, Barreiro
1101009	Escola Básica do Carregado, Alenquer
1015983	Escola Básica Conde de Castelo Melhor, Pombal
1010070	Escola Básica Padre Franklin, Vieira de Leiria, Marinha Grande
1108209	Escola Básica Dr. João das Regras, Lourinhã
503639	Escola Básica Pêro da Covilhã, Covilhã
610035	Escola Básica Dr. José dos Santos Bessa, Carapinheira, Montemor-o-Velho
605319	Escola Secundária Cristina Torres, Figueira da Foz
605082	Escola Básica Dr. Pedrosa Veríssimo, Paião, Figueira da Foz
213372	Escola Básica de Abade Correia da Serra, Serpa

213345	Escola Básica n.º 1 de Vila Nova de S. Bento, Serpa
204506	Escola Básica de Barrancos
1008625	Escola Básica José Malhoa, Figueiró dos Vinhos
105331	Escola Básica de Aradas, Aveiro
1824407	Escola Básica de Campia, Vouzela
608711	Escola Básica de Mira
118971	Escola Secundária de Vagos
801888	Escola Básica de Paderne, Albufeira
1106689	Escola Básica Damião de Góis, Lisboa
1403002	Escola Básica Febo Moniz, Almeirim
1405484	Escola Básica Duarte Lopes, Benavente
1411566	Escola Básica e Secundária Pedro Ferreiro, Ferreira do Zêzere
1408875	Escola Básica e Secundária Luís de Camões, Constância
1009858	Escola Básica D. Dinis, Leiria
1009182	Escola Básica Rainha Santa Isabel, Carreira, Leiria
1006002	Escola Secundária Raul Proença, Caldas da Rainha
1114678	Escola Básica Soeiro Pereira Gomes, Alhandra, Vila Franca de Xira
1115424	Escola Básica Sophia de Mello Breyner Andresen, Brandoa, Amadora
1107905	Escola Básica de Bucelas, Loures
1107251	Escola Básica D. Dinis, Odivelas
1107540	Escola Básica de Apelação, Loures
308224	Escola Básica Virgínia Moura, Moreira de Cónegos, Guimarães
1007156	Escola Básica Dr. Bissaya Barreto, Castanheira de Pera
1010987	Escola Secundária Pinhal do Rei, Marinha Grande
1308641	Escola Básica Irmãos Passos, Guifões, Matosinhos
1309008	Escola Básica de Paços de Ferreira
1317975	Escola Secundária Arquitecto Oliveira Ferreira, Praia da Granja, Vila Nova de Gaia
1010128	Escola Básica Guilherme Stephens, Marinha Grande
1308280	Escola Básica Dr. José Domingues dos Santos, Cabanelas, Matosinhos
1317341	Escola Secundária Diogo de Macedo, Olival, Vila Nova de Gaia
913034	Escola Secundária Gonçalo Anes Bandarra, Trancoso
801587	Escola Básica e Secundária de Albufeira
504507	Escola Básica Serra da Gardunha, Fundão
302865	Escola Básica Abel Varzim, Barrancos, Barcelos
302624	Escola Básica e Secundária de Vale do Tâmega, Lijó, Barcelos
1507675	Escola Básica de Pegões, Canha e Santo Isidro, Montijo
1301013	Escola Básica do Marão, Várzea, Amarante
1508057	Escola Básica Hermenegildo Capelo, Palmela

310057	Escola Básica de Rio Caldo, Terras de Bouro
307650	Escola Básica Padre Joaquim Flores, Revelhe, Fafe
1110579	Escola Básica e Secundária Aquilino Ribeiro, Leão, Oeiras
1504299	Escola Básica D. Luís de Mendonça Furtado, Barreiro
1110364	Escola Básica Vieira da Silva, Carnaxide, Oeiras
1504144	Escola Secundária de Casquilhos, Barreiro
1110984	Escola Básica de Miraflores, Algés, Oeiras
1106630	Escola Básica Prof. Delfim Santos, Lisboa
1609922	Escola Básica e Secundária de Barroelas, Viana do Castelo
1106517	Escola Secundária do Lumiar, Lisboa
1313333	Escola Básica de Rates, Póvoa de Varzim
1302882	Escola Básica do Sudeste de Baião
1503812	Escola Secundária Fernão Mendes Pinto, Pragal, Almada
302471	Escola Básica e Secundária de Vila Cova, Barcelos
1110737	Escola Secundária de Miraflores, Algés, Oeiras
1310758	Escola Básica e Secundária de Rebordosa, Paredes
1317811	Escola Básica D. Pedro I, Canidelo, Vila Nova de Gaia
1304279	Escola Básica de Jovim e Foz do Sousa, Gondomar
1314554	Escola Básica Ave, Vila das Aves, Santo Tirso
1510226	Escola Secundária Dr. José Afonso, Arrentela, Seixal
1704848	Escola Básica e Secundária Professor António da Natividade, Mesão Frio
1821552	Escola Básica de Campo de Besteiros, Tondela
1506629	Escola Básica José Afonso, Alhos Vedros, Moita
509237	Escola Básica de Sertã
1823120	Escola Básica João de Barros, Marzovelos, Viseu
1205172	Escola Básica Garcia da Orta, Castelo de Vide
113401	Escola Básica e Secundária de Fajões, Oliveira de Azeméis
1310955	Escola Básica e Secundária de Vilela, Paredes
107812	Escola Básica Sá Couto, Espinho
909050	Escola Básica e Secundária de Meda
303209	Escola Básica de Trugal de Santa Maria, Braga
313540	Escola Básica Monsenhor Elísio Araújo, Vila Verde
712292	Escola Secundária de Vendas Novas
312604	Escola Básica D. Maria II, Gavião, Vila Nova de Famalicão
213575	Escola Básica de Pias, Serpa
302247	Escola Básica e Secundária Vale D Este, Viatodos, Barcelos
708504	Escola Básica de Mourão
808923	Escola Básica Padre João Coelho Cabanita, Loulé

616392	Escola Básica n.º 2 de Tábua
1014620	Escola Básica de Peniche
1802519	Escola Básica Aristides de Sousa Mendes, Cabanas de Viriato, Carregal do Sal
109721	Escola Básica de Milheirós de Poiares, Santa Maria da Feira
611850	Escola Básica de Lagares da Beira, Oliveira do Hospital
308788	Escola Básica de Briteiros, Guimarães
102604	Escola Secundária de Albergaria-a-Velha
105232	Escola Básica João Afonso, Aveiro
611221	Escola Secundária de Oliveira do Hospital
103101	Escola Básica de Vilarinho do Bairro, Anadia
1009014	Escola Básica Dr. Correia Mateus, Leiria
1821268	Escola Básica Professor Doutor Carlos Mota Pinto, Lajeosa do Dão, Tondela
1823569	Escola Básica n.º 3 de Mundão, Viseu
1821880	Escola Básica de Tondela
1609846	Escola Básica de Darque, Viana do Castelo
1818661	Escola Básica Padre João Rodrigues, Veiga, Sernancelhe
1206960	Escola Básica Ana Maria Ferreira Gordo, Crato
705009	Escola Básica Conde de Vilalva, Évora
801001	Escola Básica da Guia, Albufeira
705100	Escola Secundária André de Gouveia, Évora
1109292	Escola Básica da Venda do Pinheiro, Mafra
105368	Escola Básica n.º 2 de São Bernardo, Aveiro
1111311	Escola Básica D. Fernando II, Sintra
312851	Escola Secundária Padre Benjamim Salgado, Vila Nova de Famalicão
1807935	Escola Básica e Secundária de Moimenta da Beira
1413450	Escola Básica e Secundária de Mação
1312089	Escola Secundária Infante D. Henrique, Porto
116413	Escola Básica e Secundária Dr. Serafim Leite, São João da Madeira
1109507	Escola Básica de Mafra
1507001	Escola Básica do Esteval, Montijo
905382	Escola Básica e Secundária de Fornos de Algodres
908063	Escola Básica n.º 2 de Manteigas
504205	Escola Básica de Silves, Fundão
911829	Escola Secundária de Sabugal
1201458	Escola Básica e Secundária Padre José Agostinho Rodrigues, Alter do Chão
1202000	Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Alter do Chão
208469	Escola Básica e Secundária José Gomes Ferreira, Ferreira do Alentejo
705306	Escola Básica Manuel Ferreira Patrício, Évora

1501443	Escola Básica Bernardim Ribeiro, Alcácer do Sal
211774	Escola Básica Aviador Brito Paes, Colos, Odemira
211975	Escola Básica Engenheiro Manuel R. Amaro da Costa, São Teotónio, Odemira
308553	Escola Básica e Secundária Santos Simões, Guimarães
109099	Escola Básica António Alves de Amorim, Lourosa, Santa Maria da Feira
106658	Escola Básica de Couto Mineiro do Pejão, Raiva, Castelo de Paiva
1301405	Escola Básica de Vila Caiz, Amarante
1310041	Escola Básica de Cristelo, Paredes
714910	Escola Básica D. João IV, Vila Viçosa
214039	Escola Básica Frei António Chagas, Vidigueira
707735	Escola Básica e Secundária de Mora
207320	Escola Básica Fialho de Almeida, Cuba
810114	Escola Básica João da Rosa, Olhão
808497	Escola Básica São Pedro do Mar, Quarteira, Loulé
109331	Escola Básica de Canedo, Santa Maria da Feira
113009	Escola Básica Dr. José Pereira Tavares, Pinheiro da Bemposta, Oliveira de Azeméis
1317245	Escola Básica do Olival, Vila Nova de Gaia
104118	Escola Básica e Secundária de Escariz, Arouca
1301086	Escola Básica Amadeo de Souza Cardoso, Telões, Amarante
302719	Escola Secundária de Barcelinhos, Barcelos
313135	Escola Básica de Moure e Ribeira do Neiva, Ribeira, Vila Verde
303185	Escola Básica de Real, Braga
308980	Escola Básica Arqueólogo Mário Cardoso, Ponte, Guimarães
1307907	Escola Básica de Sande, Marco de Canaveses
1313186	Escola Básica Campo Aberto, Beiriz, Póvoa de Varzim
1313365	Escola Básica de Aver-o-Mar, Póvoa de Varzim
1303850	Escola Básica D. Manuel de Faria e Sousa, Margaride, Felgueiras
1113120	Escola Básica de Campelos, Torres Vedras
1113881	Escola Básica do Maxial, Torres Vedras
1113335	Escola Básica Padre Francisco Soares, Torres Vedras
1111625	Escola Básica do Alto dos Moinhos, Terrugem, Sintra
407897	Escola Básica de Torre de Dona Chama, Mirandela
406761	Escola Básica de Sendim, Miranda do Douro
1112383	Escola Básica e Secundária Joaquim Inácio da Cruz Sobral, Sobral de Monte Agraço
808509	Escola Secundária Dr.ª Laura Ayres, Quarteira, Loulé
804973	Escola Básica de Castro Marim
1802998	Escola Secundária de Carregal do Sal
1115498	Escola Básica Miguel Torga, São Brás, Amadora

1111734	Escola Secundária Miguel Torga, Monte Abraão, Sintra
1110156	Escola Básica Sophia de Mello Breyner, Portela, Oeiras
1111487	Escola Secundária Matias Aires, Agualva, Sintra
1111592	Escola Básica e Secundária Mestre Domingos Saraiva, Algueirão, Sintra
1308245	Escola Básica de Leça do Balio, Matosinhos
1308675	Escola Secundária de Senhora da Hora, Matosinhos
1105186	Escola Básica e Secundária Matilde Rosa Araújo, Matarraque, Cascais
1105896	Escola Básica de Alapraia, Cascais
1105672	Escola Básica e Secundária da Cidadela, Cascais
1107068	Escola Secundária de Camarate, Loures
1503436	Escola Básica Elias Garcia, Sobreda, Almada
816345	Escola Básica Infante D. Fernando, Vila Nova de Cacela, Vila Real de Santo António
807008	Escola Básica das Naus, Lagos
806296	Escola Básica Rio Arade, Parchal, Lagoa
1609783	Escola Básica Dr. Pedro Barbosa, Viana do Castelo
1609401	Escola Básica da Abelheira, Viana do Castelo
308010	Escola Básica Arquiteto Fernando Távora, Fermentões, Guimarães
1510009	Escola Básica Dr. António Augusto Louro, Arrentela, Seixal
1809125	Escola Básica Dr. Fortunato de Almeida, Nelas
1107403	Escola Secundária da Ramada, Odivelas
1114874	Escola Secundária do Forte da Casa, Vila Franca de Xira
1714970	Escola Secundária Morgado de Mateus, Vila Real
1510882	Escola Secundária Manuel Cargaleiro, Amora, Seixal
1511640	Escola Básica e Secundária Michel Giacometti, Quinta do Conde, Sesimbra
1817696	Escola Secundária Frei Rosa Viterbo, Sátão
1503523	Escola Secundária António Gedeão, Cova da Piedade, Almada
312594	Escola Básica Dr. Nuno Simões, Calendário, Vila Nova de Famalicão
312787	Escola Básica de Gondifelos, Vila Nova de Famalicão
308335	Escola Básica D. Afonso Henriques, Creixomil, Guimarães
1314011	Escola Básica de Santo Tirso
1307150	Escola Secundária de Alpendurada, Marco de Canaveses
1113789	Escola Básica São Gonçalo, Torres Vedras
1107993	Escola Secundária do Arco-Íris, Portela, Loures
210443	Escola Básica de Moura
1513632	Escola Básica Vasco da Gama, Sines
1014390	Escola Básica D. Luís de Ataíde, Peniche
1107239	Escola Básica General Humberto Delgado, Santo António dos Cavaleiros, Loures
1107082	Escola Secundária de Odivelas

1314622	Escola Profissional Agrícola Conde de São Bento, Santo Tirso
1303819	Escola Básica e Secundária de Airões, Felgueiras
1315042	Escola Básica e Secundária de Ermesinde, Valongo
307051	Escola Básica de Arões - Santa Cristina, Fafe
1304775	Escola Básica Infanta D. Mafalda, Rio Tinto, Gondomar
1313691	Escola Básica Cego do Maio, Póvoa de Varzim
309719	Escola Básica do Ave, Póvoa de Lanhoso
602324	Escola Básica Carlos de Oliveira, Febres, Cantanhede
614467	Escola Básica Infante D. Pedro, Penela
1312840	Escola Básica Irene Lisboa, Porto
1804553	Escola Básica de Souselo, Cinfães
302238	Escola Básica Gonçalo Nunes, Arcozelo, Barcelos
1804372	Escola Básica General Serpa Pinto, Cinfães
1804942	Escola Secundária Professor Doutor Flávio F. Pinto Resende, Cinfães
1306753	Escola Básica de Pedrouços, Maia
1303635	Escola Básica e Secundária de Idães, Felgueiras
1714600	Escola Básica Monsenhor Jerónimo do Amaral, Vila Real
1312563	Escola Básica Maria Lamas, Porto
603970	Escola Básica Dr.ª Maria Alice Gouveia, Coimbra
603355	Escola Básica Eugénio de Castro, Coimbra
312640	Escola Básica de Vale do Este, Arnoso - Santa Maria, Vila Nova de Famalicão
1106805	Escola Básica Eugénio dos Santos, Lisboa
706800	Escola Básica São João de Deus, Montemor-o-Novo
808125	Escola Básica Prof. Dr. Aníbal Cavaco Silva, Boliqueime, Loulé
1111883	Escola Básica Ferreira de Castro, Ouressa, Sintra
1504784	Escola Básica Álvaro Velho, Lavradio, Barreiro
1115234	Escola Básica Prof. Pedro D'Orey da Cunha, Damaia, Amadora
814040	Escola Básica D. Paio Peres Correia, Tavira
713804	Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, Viana do Alentejo
1010674	Escola Básica Prof. Alberto Nery Capucho, Marinha Grande
1106390	Escola Profissional de Ciências Geográficas, Lisboa
912034	Escola Secundária de Seia
1001204	Escola Básica de Pataias, Alcobaça
1814142	Escola Secundária de Santa Comba Dão
1814829	Escola Básica de Santa Comba Dão
907986	Escola Básica de São Miguel, Guarda
1009684	Escola Básica de Colmeias, Leiria
1002365	Escola Básica e Secundária Dr. Manuel Ribeiro Ferreira, Alvaiázere

1508789	Escola Secundária de Palmela
1811436	Escola Básica e Secundária de Penalva do Castelo
1412567	Escola Básica e Secundária Mestre Martins Correia, Golegã
907230	Escola Básica e Secundária da Sé, Guarda
1414553	Escola Básica de Marinhãs do Sal, Rio Maior
503865	Escola Secundária Quinta das Palmeiras, Covilhã
1009142	Escola Básica n.º 2 de Marrazes, Leiria
503911	Escola Secundária Frei Heitor Pinto, Covilhã
201450	Escola Básica Dr. Manuel Brito Camacho, Aljustrel
507106	Escola Básica e Secundária Ribeiro Sanches, Penamacor
206824	Escola Básica Dr. António Colaço, Castro Verde
1214630	Escola Básica José Régio, Portalegre
205458	Escola Básica de Santa Maria, Beja
202249	Escola Básica e Secundária Dr. João Brito Camacho, Almodôvar
1210943	Escola Básica Dr. Manuel Magro Machado, Santo António das Areias, Marvão
210453	Escola Básica de Amareleja, Moura
505437	Escola Básica e Secundária José Silvestre Ribeiro, Idanha-a-Nova
211289	Escola Básica Damião de Odemira, Odemira
502744	Escola Básica de São Vicente da Beira, Castelo Branco
212724	Escola Básica e Secundária de Ourique
1110238	Escola Secundária Professor José Augusto Lucas, Linda-a-Velha, Oeiras
803258	Escola Básica de Aljezur
602289	Escola Básica e Secundária João Garcia Bacelar, Tocha, Cantanhede
1824324	Escola Secundária de Vouzela
1503734	Escola Secundária Daniel Sampaio, Sobreda, Almada
1823568	Escola Básica de Viso, Viseu
1421966	Escola Básica Cônego Dr. Manuel Lopes Perdigão, Caxarias, Ourém
1823819	Escola Secundária Viriato, Abraveses, Viseu
1113952	Escola Básica Padre Vítor Melícias, Torres Vedras
1806682	Escola Secundária Dr.ª Felismina Alcântara, Mangualde
912105	Escola Básica Dr. Reis Leitão, Loriga, Seia
1410447	Escola Secundária do Entroncamento
904003	Escola Básica n.º 2 de Figueira de Castelo Rodrigo
604908	Escola Básica n.º 2 de Condeixa-a-Nova
503563	Escola Básica n.º 2 de Paúl, Covilhã
1502779	Escola Básica El Rei D. Manuel I, Alcochete
1503233	Escola Básica de Monte da Caparica, Almada
503784	Escola Secundária Campos de Melo, Covilhã

1509985	Escola Básica Prof. Arménio Lança, Alvalade do Sado, Santiago do Cacém
805415	Escola Básica Poeta Emiliano da Costa, Estoi, Faro
1803270	Escola Básica n.º 2 de Castro Daire
1821927	Escola Secundária de Tondela
811445	Escola Básica Júdice Fialho, Portimão
1115431	Escola Secundária Fernando Namora, Amadora
1208312	Escola Básica Frei Manuel Cardoso, Fronteira
1115029	Escola Básica Cardoso Lopes, Amadora
811902	Escola Básica D. João II, Alvor, Portimão
1822366	Escola Secundária de Vila Nova de Paiva
1822353	Escola Básica Aquilino Ribeiro, Vila Nova de Paiva
705644	Escola Básica de Santa Clara, Évora
801853	Escola Secundária de Albufeira
1506877	Escola Básica de Vale da Amoreira, Moita
701167	Escola Básica Diogo Lopes Sequeira, Alandroal
807773	Escola Secundária Gil Eanes, Lagos
811674	Escola Básica D. Martinho de Castelo Branco, Portimão
1111170	Escola Secundária Leal da Câmara, Rio de Mouro, Sintra
711254	Escola Básica n.º 1 de Reguengos de Monsaraz
816159	Escola Básica D. José I, Vila Real de Santo António
1507782	Escola Básica D. Pedro Varela, Montijo
1115808	Escola Secundária da Amadora
904816	Escola Secundária de Figueira de Castelo Rodrigo
602909	Escola Básica Marquês de Marialva, Cantanhede
910814	Escola Básica n.º 2 de Pinhel
205335	Escola Básica de Santiago Maior, Beja
1805921	Escola Básica de Lamego
105610	Escola Básica Castro Matoso, Oliveirinha, Aveiro
1106389	Escola Artística de Música do Conservatório Nacional, Lisboa
601774	Escola Secundária de Arganil
1107632	Escola Básica Vasco Santana, Ramada, Odivelas
1109038	Escola Básica Professor Armando de Lucena, Malveira, Mafra
913322	Escola Básica de Trancoso
603052	Escola Básica Poeta Manuel da Silva Gaio, Santa Clara, Coimbra
1111898	Escola Básica D. Domingos Jardo, Mira Sintra, Sintra
1107117	Escola Secundária de São João da Talha, Loures
806284	Escola Básica Jacinto Correia, Lagoa
808032	Escola Básica Eng. Duarte Pacheco, Loulé

1111424	Escola Básica D. Carlos I, Sintra
1509172	Escola Secundária Manuel da Fonseca, Santiago do Cacém
1111505	Escola Secundária Stuart Carvalhais, Massamá, Sintra
1508395	Escola Básica José Maria dos Santos, Pinhal Novo, Palmela
810394	Escola Básica Dr. João Lúcio, Fuseta, Olhão
1501116	Escola Básica Pedro Nunes, Alcácer do Sal
809941	Escola Básica Manuel do Nascimento, Monchique
510409	Escola Básica e Secundária do Centro de Portugal, Vila de Rei
1505207	Escola Básica D. Jorge de Lencastre, Grândola
1013656	Escola Básica Miguel Leitão de Andrada, Pedrógão Grande
1106803	Escola Básica de São Vicente/Telheiras, Lisboa
1015089	Escola Básica Gualdim Pais, Pombal
607567	Escola Básica n.º 2 de Lousã
610807	Escola Básica n.º 2 de Arazede, Montemor-o-Velho
603582	Escola Secundária D. Duarte, Coimbra
613159	Escola Básica e Secundária de Penacova
1107864	Escola Básica João Villaret, Loures
1511484	Escola Secundária de Sampaio, Sesimbra
1006719	Escola Básica de Santo Onofre, Caldas da Rainha
108767	Escola Básica de Pardilhó, Estarreja
1107438	Escola Secundária José Afonso, Loures
810409	Escola Básica Dr. António João Eusébio, Moncarapacho, Olhão
810464	Escola Básica Professor Paula Nogueira, Olhão
1506687	Escola Básica de Fragata do Tejo, Moita
901707	Escola Básica e Secundária Padre José Augusto da Fonseca, Aguiar da Beira
902777	Escola Básica e Secundária de Vilar Formoso, Almeida
1101092	Escola Secundária Damião de Goes, Alenquer
1101653	Escola Básica Pêro de Alenquer, Alenquer
907186	Escola Básica Carolina Beatriz Ângelo, Guarda
1115822	Escola Básica e Secundária de Mães D'Água, Falagueira, Amadora
502518	Escola Básica e Secundária de Alcains, Castelo Branco
1110746	Escola Básica e Secundária Amélia Rey Colaço, Linda-a-Velha, Oeiras
611865	Escola Básica n.º 2 de Oliveira do Hospital
1106841	Escola Básica Fernando Pessoa, Lisboa
1512911	Escola Básica e Secundária Ordem de Sant'Iago, Setúbal
1419797	Escola Secundária Maria Lamas, Torres Novas
1505447	Escola Secundária António Inácio Cruz, Grândola
1504880	Escola Básica Padre Abílio Mendes, Barreiro

1506137	Escola Secundária da Baixa da Banheira, Vale da Amoreira, Moita
504766	Escola Básica João Franco, Fundão
209872	Escola Básica e Secundária de São Sebastião, Mértola
704719	Escola Básica Sebastião da Gama, Estremoz
612842	Escola Básica e Secundária Escalada, Pampilhosa da Serra
816411	Escola Básica de Monte Gordo, Vila Real de Santo António
815934	Escola Básica São Vicente, Vila do Bispo
1111507	Escola Secundária Ferreira Dias, Agualva, Sintra
609819	Escola Básica Professor Doutor Ferrer Correia, Senhor da Serra, Miranda do Corvo
806460	Escola Secundária Padre António Martins de Oliveira, Lagoa
906690	Escola Secundária de Gouveia
802488	Escola Básica de Alcoutim
407459	Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais, Mirandela
205976	Escola Básica Mário Beirão, Beja
813897	Escola Básica João de Deus, São Bartolomeu de Messines, Silves
1106667	Escola Secundária José Gomes Ferreira, Lisboa
1106584	Escola Secundária Camões, Lisboa
603444	Escola Básica Martim de Freitas, Coimbra
1512333	Escola Secundária Dom Manuel Martins, Setúbal
108598	Escola Básica Padre Donaciano Abreu Freire, Estarreja
605390	Escola Básica Infante D. Pedro, Buarcos, Figueira da Foz
605296	Escola Básica João de Barros, Figueira da Foz
105411	Escola Básica e Secundária Dr. Jaime Magalhães Lima, Esgueira, Aveiro
111869	Escola Básica n.º 2 de Mealhada
1006317	Escola Básica de Santa Catarina, Caldas da Rainha
601549	Escola Básica n.º 2 de Arganil
111232	Escola Básica n.º 2 de Pampilhosa, Mealhada
609579	Escola Básica e Secundária José Falcão, Miranda do Corvo
603872	Escola Secundária José Falcão, Coimbra
615304	Escola Básica e Secundária Martinho Árias, Soure
115039	Escola Básica de Maceda, Ovar
1703615	Escola Básica Dr. Francisco Gonçalves Carneiro, Chaves
1703325	Escola Secundária Dr. António Granjo, Chaves
912009	Escola Básica Dr. Abranches Ferrão, Seia
402601	Escola Básica Paulo Quintela, Bragança
406691	Escola Básica e Secundária de Miranda do Douro
1009116	Escola Básica e Secundária Henrique Sommer, Maceira, Leiria
1015017	Escola Básica Marquês de Pombal, Pombal

605017	Escola Básica Pintor Mário Augusto, Alhadas, Figueira da Foz
105060	Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian, Aveiro
616943	Escola Secundária de Tábua
616029	Escola Básica Margarida Fierro Caeiro da Matta, Midões, Tábua
1802221	Escola Básica de Carregal do Sal
408677	Escola Básica e Secundária do Mogadouro
405195	Escola Básica e Secundária de Macedo de Cavaleiros
911287	Escola Básica n.º 2 de Sabugal
407565	Escola Básica Luciano Cordeiro, Mirandela
1004191	Escola Básica e Secundária da Batalha
602804	Escola Secundária Lima-de-Faria, Cantanhede
603271	Escola Secundária Jaime Cortesão, Coimbra
1808049	Escola Secundária Dr. João Lopes de Moraes, Mortágua
1008861	Escola Secundária de Figueiró dos Vinhos
607473	Escola Secundária de Lousã
105784	Escola Básica Aires Barbosa, Esgueira, Aveiro
116386	Escola Básica de São João da Madeira
1114316	Escola Básica e Secundária D. Martinho Vaz de Castelo Branco, Póvoa de Santa Iria, Vila Franca de Xira
813354	Escola Básica Dr. António da Costa Contreiras, Armação de Pêra, Silves
1505849	Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Grândola
509602	Escola Básica Padre António Lourenço Farinha, Sertão
805036	Escola Secundária Pinheiro e Rosa, Faro
1106817	Escola Secundária D. Luísa de Gusmão, Lisboa
1420382	Escola Básica e Secundária D. Maria II, Vila Nova da Barquinha
801790	Escola Básica Dr. Francisco Cabrita, Albufeira
705209	Escola Secundária Severim de Faria, Évora
1207924	Escola Secundária D. Sancho II, Elvas
1214234	Escola Secundária de S. Lourenço, Portalegre
1106304	Escola Básica Luís António Verney, Lisboa
411953	Escola Básica de Vimioso
102419	Escola Básica de Branca, Albergaria-a-Velha
503073	Escola Profissional Agrícola Quinta da Lageosa, Aldeia do Souto, Covilhã
1811500	Escola Básica de Ínsua, Penalva do Castelo
907112	Escola Básica de Santa Clara, Guarda
902600	Escola Básica e Secundária Dr. José Casimiro Matias, Almeida
511471	Escola Básica de Vila Velha de Ródão
503153	Escola Básica de São Domingos, Cantar-Galo, Covilhã

503050	Escola Básica n.º 2 de Teixoso, Covilhã
503098	Escola Básica de Tortosendo, Covilhã
502967	Escola Básica João Roiz de Castelo Branco, Castelo Branco
1609598	Escola Básica da Foz do Neiva, Castelo do Neiva, Viana do Castelo
1701063	Escola Básica do Pinhão, Alijó
1703072	Escola Básica de Vidago, Chaves
213327	Escola Secundária de Serpa
1207010	Escola Básica n.º 2 de Elvas
312746	Escola Básica Júlio Brandão, Vila Nova de Famalicão
1311212	Escola Básica e Secundária de Pinheiro, Penafiel
1306933	Escola Básica e Secundária do Levante da Maia, Nogueira da Maia, Maia
1305606	Escola Básica de Lousada Centro
1314010	Escola Secundária D. Afonso Henriques, Aves, Santo Tirso
1307502	Escola Básica de Alpendurada, Marco de Canaveses
1303844	Escola Básica de Lagares, Felgueiras
1306058	Escola Básica do Castêlo da Maia, Maia
1312128	Escola Básica de Miragaia, Porto
1312113	Escola Básica Eugénio de Andrade, Porto
1308589	Escola Básica de Custóias, Matosinhos
306510	Escola Básica António Rodrigues Sampaio, Esposende
1301968	Escola Básica de Amarante
1710636	Escola Básica e Secundária Miguel Torga, Sabrosa
1609118	Escola Básica e Secundária Pintor José de Brito, Santa Marta de Portuzelo, Viana do Castelo
1317553	Escola Básica Padre António Luis Moreira, Carvalhos, Vila Nova de Gaia
1317380	Escola Secundária Gaia Nascente, Vila Nova de Gaia
112573	Escola Básica e Secundária Padre António Morais da Fonseca, Murtosa
312323	Escola Básica Bernardino Machado, Joane, Vila Nova de Famalicão
303120	Escola Básica Frei Caetano Brandão, Maximinos, Braga
1312694	Escola Básica Ramalho Ortigão, Porto
1312497	Escola Profissional Infante D. Henrique
1307830	Escola Profissional de Arqueologia do Freixo, Marco de Canaveses
303633	Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian, Braga
1604079	Escola Secundária de Monção
1706742	Escola Básica e Secundária Dr. Bento da Cruz, Montalegre
305904	Escola Profissional de Fermil, Molares, Celorico de Basto
1307245	Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Marco de Canaveses
1306561	Escola Básica de Gueifães, Maia

402347	Escola Básica e Secundária Miguel Torga, Bragança
1703390	Escola Básica Nadir Afonso, Chaves
1819030	Escola Básica e Secundária Abel Botelho, Tabuaço
1316798	Escola Básica D. Pedro IV, Mindelo, Vila do Conde
303910	Escola Básica de Gualtar, Braga
1706541	Escola Básica e Secundária do Baixo Barroso, Venda Nova, Montalegre
1701770	Escola Básica e Secundária D. Sancho II, Alijó
105337	Escola Básica de Eixo, Aveiro
102396	Escola Básica de São João de Loure, Albergaria-a-Velha
1312811	Escola Básica Pêro Vaz de Caminha, Porto
118959	Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Vagos
1801278	Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar
1815360	Escola Básica e Secundária de São João da Pesqueira
1713703	Escola Básica e Secundária de Vila Pouca de Aguiar - Sul
1709092	Escola Básica e Secundária de Ribeira de Pena
110392	Escola Básica de Gafanha da Nazaré, Ílhavo
1708326	Escola Profissional de Desenvolvimento Rural do Rodo, Peso da Régua
109632	Escola Básica e Secundária Coelho e Castro, Fiães, Santa Maria da Feira
1713108	Escola Básica de Pedras Salgadas, Vila Pouca de Aguiar
1709707	Escola Básica de Cerva, Ribeira de Pena
115704	Escola Básica de São Vicente de Pereira Jusã, Ovar
1703324	Escola Básica e Secundária Fernão de Magalhães, Chaves
1702965	Escola Básica Gomes Monteiro, Boticas
409629	Escola Básica e Secundária Dr. Ramiro Salgado, Torre de Moncorvo
109663	Escola Básica Fernando Pessoa, Santa Maria da Feira
1310527	Escola Secundária Daniel Faria, Baltar, Paredes
308408	Escola Básica Professor Abel Salazar, Guimarães
1820735	Escola Básica e Secundária Dr. José Leite de Vasconcelos, Tarouca
110638	Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes, Ílhavo
309979	Escola Básica Gonçalo Sampaio, Póvoa de Lanhoso
1304806	Escola Secundária de Valbom, Gondomar
914907	Escola Básica e Secundária Tenente Coronel Adão Carrapatoso, Vila Nova de Foz Côa
1705801	Escola Básica e Secundária de Mondim de Basto
313611	Escola Básica de Ribeira do Neiva, Vila Verde
1308419	Escola Secundária da Boa Nova, Leça da Palmeira, Matosinhos
1606743	Escola Secundária de Ponte da Barca
1608480	Escola Básica e Secundária de Muralhas do Minho, Valença
1606298	Escola Básica Diogo Bernardes, Ponte da Barca

1316007	Escola Secundária José Régio, Vila do Conde
16084801	Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos de Valença
1304823	Escola Básica de Rio Tinto, Gondomar
1808317	Escola Básica Dr. José Lopes de Oliveira, Mortágua
1110170	Escola Básica de Paço de Arcos, Oeiras
906646	Escola Básica de Vila Nova de Tazém, Gouveia
912010	Escola Básica Dr. Guilherme Correia de Carvalho, Seia
912797	Escola Básica de Tourais-Paranhos, Seia
1009863	Escola Básica Dr. Correia Alexandre, Caranguejeira, Leiria
1107445	Escola Profissional Agrícola D. Dinis - Paiã, Odivelas
1111163	Escola Básica António Sérgio, Cacém, Sintra
105758	Escola Secundária Homem Cristo, Aveiro
107850	Escola Básica Domingos Capela, Silvalde, Espinho
108614	Escola Básica Professor Doutor Egas Moniz, Avanca, Estarreja
504074	Escola Secundária de Fundão
109070	Escola Básica de Corga do Lobão, Santa Maria da Feira
109570	Escola Básica de Arrifana, Santa Maria da Feira
113176	Escola Básica Comendador Ângelo Azevedo, Oliveira de Azeméis
114598	Escola Secundária de Oliveira do Bairro
115522	Escola Básica António Dias Simões, Ovar
116286	Escola Secundária João Silva Correia, São João da Madeira
201427	Escola Secundária de Aljustrel
211358	Escola Básica n.º 1 de Sabóia, Odemira
302791	Escola Básica de Manhente, Barcelos
303090	Escola Básica de Lameiras, Braga
304746	Escola Básica do Arco de Baúlhe, Cabeceiras de Basto
306901	Escola Básica António Correia Oliveira, Esposende
307258	Escola Básica de Montelongo, Fafe
308374	Escola Básica de Pevidém, Selho - São Jorge, Guimarães
308394	Escola Básica Gil Vicente, Urgeses, Guimarães
402554	Escola Básica de Izeda, Bragança
410378	Escola Básica e Secundária de Vila Flor
604191	Escola Secundária Fernando Namora, Condeixa-a-Nova
610020	Escola Básica de Pereira, Montemor-o-Velho
805009	Escola Básica D. Afonso III, Faro
805660	Escola Básica Dr. José de Jesus Neves Júnior, Faro
810452	Escola Básica Dr. Alberto Iria, Olhão
811169	Escola Secundária Manuel Teixeira Gomes, Portimão

812010	Escola Básica Poeta Bernardo de Passos, São Brás de Alportel
812375	Escola Secundária José Belchior Viegas, São Brás de Alportel
813825	Escola Básica Dr. Garcia Domingues, Silves
1106126	Escola Básica de Marvila, Lisboa
1108468	Escola Básica de Ribamar, Lourinhã
1111612	Escola Básica de Colares, Sintra
1213106	Escola Básica n.º 1 de Montargil, Ponte de Sôr
1213757	Escola Básica João Pedro de Andrade, Ponte de Sôr
1302182	Escola Básica de Eiriz, Baião
1304322	Escola Básica Santa Bárbara, Fânzeres, Gondomar
1304328	Escola Secundária de São Pedro da Cova, Gondomar
1304516	Escola Básica Frei Manuel de Santa Inês, Baguim do Monte, Gondomar
1304727	Escola Básica Marques Leitão, Valbom, Gondomar
1307787	Escola Básica de Marco de Canaveses
1308100	Escola Básica Professor Óscar Lopes, Matosinhos
1309093	Escola Básica Dr. Manuel Pinto de Vasconcelos, Freamunde, Paços de Ferreira
1309245	Escola Básica de Eiriz, Paços de Ferreira
1309931	Escola Básica de Frazão, Paços de Ferreira
1312010	Escola Básica Manoel de Oliveira, Porto
1312149	Escola Básica Dr. Augusto César Pires de Lima, Porto
1305928	Escola Básica e Secundária de Lousada Oeste
1312351	Escola Básica Augusto Gil, Porto
1312414	Escola Básica Gomes Teixeira, Porto
1312553	Escola Básica do Viso, Porto
1312592	Escola Básica Francisco Torrinha, Porto
1314556	Escola Básica e Secundária de Coronado e Castro, São Romão do Coronado, Trofa
1315189	Escola Básica de São Lourenço, Ermesinde, Valongo
1315777	Escola Básica de São João do Sobrado, Sobrado, Valongo
1316003	Escola Secundária D. Afonso Sanches, Vila do Conde
1316010	Escola Básica Maria Pais Ribeiro - A Ribeirinha, Macieira, Vila do Conde
1316922	Escola Básica Dr. Carlos Pinto Ferreira, Junqueira, Vila do Conde
1317163	Escola Básica Anes de Cernache, Vilar de Andorinho, Vila Nova de Gaia
1317178	Escola Básica Adriano Correia de Oliveira, Avintes, Vila Nova de Gaia
1317187	Escola Básica da Madalena, Vila Nova de Gaia
1317570	Escola Secundária de Carvalhos, Vila Nova de Gaia
1317697	Escola Básica Dr. Costa Matos, Vila Nova de Gaia
1401606	Escola Básica e Secundária Octávio Duarte Ferreira, Tramagal, Abrantes
1409238	Escola Básica do Couço, Coruche

1416075	Escola Básica Mem Ramires, Santarém
1503632	Escola Básica da Costa da Caparica, Almada
1603190	Escola Básica e Secundária de Melgaço
1812936	Escola Básica Álvaro Coutinho - o Magriço, Penedono
1817158	Escola Básica Ferreira Lapa, Sátão
1823962	Escola Básica Dr. Azeredo Perdigão, Abraveses, Viseu
1824992	Escola Básica de Vouzela
310736	Escola Básica e Secundária de Terras de Bouro
1604090	Escola Básica Deu-la-Deu Martins, Monção
502266	Escola Básica Cidade de Castelo Branco
1110044	Escola Básica de São Julião da Barra, Oeiras
1104109	Escola Básica de Professor Daniel Carinhas, Cadaval, Cadaval
1106404	Escola Básica Professor Lindley Cintra, Lisboa
1106998	Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho, Lisboa
1407450	Escola Básica e Secundária da Chamusca
1511820	Escola Básica Navegador Rodrigues Soromenho, Sesimbra
1511856	Escola Básica do Castelo, Sesimbra
1312225	Escola Secundária António Nobre, Porto
1512202	Escola Básica de Azeitão, Vila Nogueira de Azeitão, Setúbal
1512251	Escola Secundária du Bocage, Setúbal
1016975	Escola Básica e Secundária de Mira de Aire, Porto de Mós
115212	Escola Básica Monsenhor Miguel de Oliveira, Válega, Ovar
213737	Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Serpa
404745	Escola Básica de Freixo de Espada à Cinta
1014858	Escola Básica de Atouguia da Baleia, Peniche
1823615	Escola Básica D. Duarte, Vil de Soito, Viseu
110525	Escola Básica José Ferreira Pinto Basto, Ílhavo
113010	Escola Básica de Loureiro, Alumieira, Oliveira de Azeméis
601215	Escola Básica Professor Mendes Ferrão, Coja, Arganil
603177	Escola Básica Rainha Santa Isabel, Pedrulha, Coimbra
606992	Escola Básica de Góis
1113451	Escola Básica de Freiria, Torres Vedras
1315058	Escola Básica D. António Ferreira Gomes, Ermesinde, Valongo
1503833	Escola Secundária Romeu Correia, Feijó, Almada
1506392	Escola Básica D. Pedro II, Moita
109357	Escola Básica Professor Doutor Ferreira de Almeida, Santa Maria da Feira
303432	Escola Básica de Palmeira, Braga
303801	Escola Básica de Nogueira, Braga

305958	Escola Básica e Secundária de Celorico de Basto
308066	Escola Básica de Abação, Guimarães
309167	Escola Secundária de Póvoa de Lanhoso
314182	Escola Básica e Secundária de Ínfias, Vizela
801667	Escola Básica D. Martim Fernandes, Albufeira
802696	Escola Básica Prof. Joaquim Moreira, Martinlongo, Alcoutim
811049	Escola Básica José Sobral, Mexilhoeira Grande, Portimão
814400	Escola Secundária Dr. Jorge Augusto Correia, Tavira
1103801	Escola Básica Vale Aveiras, Aveiras de Cima, Azambuja
1104039	Escola Básica e Secundária do Cadaval
1416687	Escola Básica de Alcanede, Santarém
1607040	Escola Básica da Correlhã, Ponte de Lima
1610981	Escola Básica e Secundária de Vila Nova de Cerveira
1406547	Escola Secundária do Cartaxo
1506116	Escola Básica Mouzinho da Silveira, Baixa da Banheira, Moita
1115839	Escola Básica José Cardoso Pires, São Brás, Amadora
1503825	Escola Básica da Trafaria, Almada
110120	Escola Básica de Gafanha da Encarnação, Ílhavo
1609085	Escola Básica e Secundária de Monte da Oia, Viana do Castelo
109681	Escola Básica de Argoncilhe, Santa Maria da Feira
1511966	Escola Básica da Quinta do Conde, Sesimbra
1106046	Escola Básica Vasco da Gama, Lisboa
1114780	Escola Básica Aristides de Sousa Mendes, Póvoa de Santa Iria, Vila Franca de Xira
1401137	Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Abrantes, Mouriscas, Abrantes
1409050	Escola Secundária de Coruche
203001	Escola Básica n.º 1 de Alvito
610137	Escola Básica Jorge de Montemor, Montemor-o-Velho
913463	Escola Básica n.º 2 de Vila Franca das Naves, Trancoso
1107235	Escola Básica de Moinhos da Arroja, Odivelas
1310115	Escola Básica de Sobreira, Paredes
1503057	Escola Básica e Secundária Anselmo de Andrade, Almada
1509558	Escola Básica Frei André da Veiga, Santiago do Cacém
1607471	Escola Básica de Freixo, Ponte de Lima
1106869	Escola Artística António Arroio, Lisboa
1005666	Escola Básica e Secundária Fernão do Pó, Bombarral
1503888	Escola Básica e Secundária Professor Ruy Luís Gomes, Laranjeiro, Almada
714317	Escola Secundária Púbia Hortênsia de Castro, Vila Viçosa
1106216	Escola Secundária Vergílio Ferreira, Lisboa

1510603	Escola Secundária da Amora, Seixal
1512728	Escola Secundária Sebastião da Gama, Setúbal
605462	Escola Secundária Dr. Joaquim de Carvalho, Figueira da Foz
610991	Escola Básica e Secundária de Montemor-o-Velho
1106646	Escola Secundária D. Pedro V, Lisboa
1416367	Escola Secundária Sá da Bandeira, Santarém
1106607	Escola Secundária Rainha Dona Amélia, Lisboa
1001415	Escola Secundária D. Inês de Castro, Alcobaca
1317738	Escola Secundária Almeida Garrett, Vila Nova de Gaia
1106123	Escola Básica Francisco de Arruda, Lisboa
1106394	Escola Básica e Secundária Josefa de Óbidos, Lisboa
1106454	Escola Secundária Rainha Dona Leonor, Lisboa
1107416	Escola Secundária Dr. António Carvalho Figueiredo, Loures
1114483	Escola Básica e Secundária Professor Reynaldo dos Santos, Vila Franca de Xira
1110646	Escola Secundária Sebastião e Silva, Oeiras
1106762	Escola Secundária António Damásio, Lisboa
1107558	Escola Secundária Pedro Alexandrino, Póvoa de Santo Adrião, Odivelas
1111464	Escola Secundária de Santa Maria, Sintra
1109859	Escola Secundária José Saramago, Mafra
1111226	Escola Básica e Secundária Padre Alberto Neto, Queluz, Sintra
1501557	Escola Secundária de Alcácer do Sal
1213791	Escola Secundária de Ponte de Sôr
1304553	Escola Básica e Secundária de Rio Tinto, Gondomar
603511	Escola Secundária Infanta D. Maria, Coimbra
1306934	Escola Básica e Secundária de Águas Santas, Maia
603405	Escola Básica e Secundária Quinta das Flores, Coimbra
115226	Escola Secundária Dr. José Macedo Fragateiro, Ovar
603211	Escola Secundária Avelar Brotero, Coimbra
1009767	Escola Secundária Francisco Rodrigues Lobo, Leiria
302707	Escola Secundária Alcides de Faria, Barcelos
1015619	Escola Secundária de Pombal
116374	Escola Básica e Secundária Oliveira Júnior, São João da Madeira
1306608	Escola Secundária da Maia
101615	Escola Secundária Marques de Castilho, Águeda
1312436	Escola Secundária Filipa de Vilhena, Porto
107083	Escola Básica e Secundária Dr. Manuel Laranjeira, Espinho
113147	Escola Básica e Secundária Ferreira de Castro, Oliveira de Azeméis
1312511	Escola Básica e Secundária Fontes Pereira de Melo, Porto

303173	Escola Secundária Carlos Amarante, Braga
303753	Escola Secundária Alberto Sampaio, Braga
303900	Escola Secundária D. Maria II, Braga
1308345	Escola Secundária João Gonçalves Zarco, Matosinhos
109630	Escola Básica e Secundária de Santa Maria da Feira
308115	Escola Secundária Francisco de Holanda, Guimarães
1317837	Escola Secundária Inês de Castro, Canidelo, Vila Nova de Gaia
312577	Escola Secundária Camilo Castelo Branco, Vila Nova de Famalicão
1609311	Escola Secundária de Monserrate, Viana do Castelo
1314752	Escola Secundária Tomaz Pelayo, Santo Tirso
1305015	Escola Secundária de Lousada
1503927	Escola Secundária Emídio Navarro, Almada
1309528	Escola Secundária de Paços de Ferreira
1823050	Escola Secundária Emídio Navarro, Viseu
402272	Escola Secundária Abade de Baçal, Bragança
1415949	Escola Básica e Secundária de Salvaterra de Magos
1106623	Escola Secundária Pedro Nunes, Lisboa
303947	Escola Secundária Sá de Miranda, Braga
1106615	Escola Secundária Padre António Vieira, Lisboa
205017	Escola Secundária D. Manuel I, Beja
205196	Escola Secundária Diogo de Gouveia, Beja
705810	Escola Secundária Gabriel Pereira, Évora
704665	Escola Secundária Rainha Santa Isabel, Estremoz
1214002	Escola Secundária Mouzinho da Silveira, Portalegre
1418819	Escola Secundária Jacôme Ratton, Tomar
907334	Escola Secundária Afonso de Albuquerque, Guarda
1401588	Escola Secundária Dr. Solano de Abreu, Abrantes
1106812	Escola Básica Marquesa de Alorna, Lisboa
1312593	Escola Secundária Aurélia de Sousa, Porto
1313003	Escola Secundária Rocha Peixoto, Póvoa de Varzim
1311034	Escola Secundária de Penafiel
1405456	Escola Secundária de Benavente
308117	Escola Secundária Martins Sarmiento, Guimarães
1106713	Escola Secundária Fonseca Benevides, Lisboa
1317671	Escola Secundária António Sérgio, Vila Nova de Gaia
1312958	Escola Básica e Secundária Rodrigues de Freitas, Porto
1312772	Escola Secundária Garcia de Orta, Porto
1106053	Escola Básica e Secundária Gil Vicente, Lisboa

1312617	Escola Artística Soares dos Reis, Porto
1106033	Escola Secundária D. Dinis, Lisboa
1312054	Escola Básica e Secundária Carolina Michaelis, Porto
1106499	Escola Básica Pedro de Santarém, Lisboa
312521	Escola Secundária D. Sancho I, Vila Nova de Famalicão
1106740	Escola Secundária Eça de Queirós, Lisboa
1312346	Escola Básica e Secundária do Cerco, Porto
1107183	Escola Básica de Camarate, Loures
1509127	Escola Secundária Padre António Macedo, Santiago do Cacém
313847	Escola Secundária de Vila Verde
1006383	Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro, Caldas da Rainha
1805131	Escola Secundária Latino Coelho, Lamego
1110885	Escola Secundária da Quinta do Marquês, Oeiras
1401539	Escola Básica e Secundária Dr. Manuel Fernandes, Abrantes
1106004	Escola Básica do Parque das Nações, Lisboa
808627	Escola Básica D. Dinis, Quarteira, Loulé
1107245	Escola Secundária Braamcamp Freire, Pontinha, Odivelas
1106402	Escola Básica e Secundária D. Filipa de Lencastre, Lisboa

b) Escolas só com sistema de intrusão ou vídeo (com serviço parcial):

Código	Designação
1417797	Escola Básica e Secundária Dr.ª Judite Andrade, Sardoal
1316433	Escola Básica Júlio Saúl Dias, Vila do Conde
312187	Escola Básica de Ribeirão, Vila Nova de Famalicão
1601073	Escola Básica (Padre Himalaya) de Távora, Santa Maria, Arcos de Valdevez
403561	Escola Básica e Secundária de Carrazeda de Ansiães
509302	Escola Secundária de Sertã
1712744	Escola Secundária de Valpaços
910279	Escola Secundária de Pinhel
1707142	Escola Básica e Secundária de Murça
709026	Escola Básica D. João de Portel, Portel
1210789	Escola Básica de Ammaia, Portagem, Marvão
811868	Escola Básica Prof. José Buísel, Portimão
705389	Escola Básica André de Resende, Évora
1306564	Escola Básica e Secundária Dr. Vieira de Carvalho, Moreira da Maia, Maia

1307664	Escola Básica de Toutosa, Marco de Canaveses
1306342	Escola Básica Gonçalo Mendes da Maia, Vermoim, Maia
1308872	Escola Secundária Abel Salazar, São Mamede de Infesta, Matosinhos
311345	Escola Básica e Secundária Vieira de Araújo, Vieira do Minho
111920	Escola Secundária de Mealhada
206205	Escola Secundária de Castro Verde
1317651	Escola Básica Sophia de Mello Breyner, Corvo, Vila Nova de Gaia
1708193	Escola Secundária Dr. João de Araújo Correia, Peso da Régua

c) Escolas sem sistema de intrusão ou vídeo (a definir):

Código	Designação
113456	Escola Básica de Bento Carqueja, Oliveira de Azeméis
1402649	Escola Básica Dr. Anastácio Gonçalves, Alcanena
1406964	Escola Básica Marcelino Mesquita, Cartaxo
114354	Escola Básica Dr. Acácio de Azevedo, Oliveira do Bairro
1410171	Escola Básica Dr. Ruy de Andrade, Entroncamento
1212795	Escola Básica e Secundária Prof. Mendes dos Remédios, Nisa
1419229	Escola Básica Manuel Figueiredo, Torres Novas
1016601	Escola Básica Dr. Luciano Justo Ramos, Mira de Aire, Porto de Mós
1708522	Escola Básica de Peso da Régua
1204462	Escola Básica São João Batista, Campo Maior
1312658	Escola Secundária Alexandre Herculano, Porto
1215987	Escola Básica Padre Joaquim Maria Fernandes, Sousel
1214675	Escola Básica Cristóvão Falcão, Portalegre
1202143	Escola Básica Nossa Senhora da Luz, Arronches
1211428	Escola Básica n.º 1 de Monforte
104358	Escola Básica de Arouca
308854	Escola Básica das Taipas, Caldas das Taipas, Guimarães
1602097	Escola Básica e Secundária Sidónio Pais, Vilarelho, Caminha
1605387	Escola Básica e Secundária de Paredes de Coura
1609802	Escola Básica Frei Bartolomeu dos Mártires, Viana do Castelo
313507	Escola Básica de Vila Verde
1207287	Escola Básica n.º 1 de Elvas
1203036	Escola Básica Mestre de Avis, Avis
1108896	Escola Básica Dr. Afonso Rodrigues Pereira, Lourinhã
703591	Escola Básica Padre Bento Pereira, Borba

1015747	Escola Básica e Secundária de Guia, Pombal
114766	Escola Básica Dr. Fernando Peixinho, Oia, Oliveira do Bairro
301858	Escola Básica de Amares
1009694	Escola Básica José Saraiva, Leiria
119542	Escola Básica das Dairas, Vale de Cambra
1317256	Escola Básica de Valadares, Vila Nova de Gaia
1601521	Escola Básica e Secundária de Valdevez, Arcos de Valdevez
307402	Escola Básica Prof. Carlos Teixeira, Fafe
303089	Escola Secundária de Maximinos, Braga
1711226	Escola Básica de Santa Marta de Penaguião
115490	Escola Secundária Júlio Dinis, Ovar
1009997	Escola Secundária Domingos Sequeira, Leiria
1106623	Escola Secundária Pedro Nunes, Lisboa (central 1)
1823491	Escola Secundária Alves Martins, Viseu
103434	Escola Básica e Secundária de Anadia
104548	Escola Secundária de Arouca
105250	Escola Secundária Dr. Mário Sacramento, Aveiro
105783	Escola Secundária José Estevão, Aveiro
106146	Escola Básica e Secundária de Castelo de Paiva
107743	Escola Básica e Secundária Dr. Manuel Gomes Almeida, Espinho
108163	Escola Secundária de Estarreja
109976	Escola Básica de Paços de Brandão, Santa Maria da Feira
110395	Escola Secundária de Gafanha da Nazaré, Ílhavo
113278	Escola Básica e Secundária Soares Basto, Oliveira de Azeméis
117431	Escola Básica e Secundária de Sever do Vouga
119684	Escola Básica e Secundária de Búzio, Vale de Cambra
210956	Escola Secundária de Moura
211349	Escola Secundária Dr. Manuel Candeias Gonçalves, Odemira
302096	Escola Secundária de Barcelos
302317	Escola Básica Rosa Ramalho, Barcelinhos, Barcelos
303210	Escola Básica Dr. Francisco Sanches, Braga
303331	Escola Básica André Soares, Braga
304240	Escola Básica e Secundária de Cabeceiras de Basto
307427	Escola Secundária de Fafe
308432	Escola Básica Professor João de Meira, Guimarães
308768	Escola Básica de Caldas de Vizela, Vizela
308823	Escola Secundária de Caldas de Vizela, Vizela
308844	Escola Secundária de Caldas das Taipas, Guimarães

402268	Escola Secundária Emídio Garcia, Bragança
407754	Escola Secundária de Mirandela
502272	Escola Secundária Amato Lusitano, Castelo Branco
502837	Escola Básica Afonso de Paiva, Castelo Branco
605976	Escola Secundária Dr. Bernardino Machado, Figueira da Foz
607001	Escola Básica n.º 1 de Lousã
702889	Escola Básica e Secundária Cunha Rivara, Arraiolos
706601	Escola Secundária de Montemor-o-Novo
710605	Escola Básica e Secundária Dr. Hernâni Cidade, Redondo
711267	Escola Secundária Conde de Monsaraz, Reguengos de Monsaraz
805156	Escola Secundária Tomás Cabreira, Faro
805548	Escola Secundária João de Deus, Faro
807981	Escola Secundária Júlio Dantas, Lagos
808956	Conservatório de Música de Loulé
808958	Escola Secundária de Loulé
810178	Escola Secundária Dr. Francisco Fernandes Lopes, Olhão
811670	Escola Secundária Poeta António Aleixo, Portimão
813714	Escola Secundária de Silves
816980	Escola Secundária de Vila Real de Santo António
903883	Escola Básica e Secundária Sacadura Cabral, Celorico da Beira
906001	Escola Básica de Gouveia
1001951	Escola Básica e Secundária de São Martinho do Porto, Alcobaça
1003989	Escola Básica e Secundária Dr. Pascoal José de Mello, Ansião
1009655	Escola Secundária Afonso Lopes Vieira, Leiria
1010623	Escola Secundária Eng. Acácio Calazans Duarte, Marinha Grande
1012003	Escola Básica e Secundária Josefa de Óbidos, Óbidos
1105592	Escola Secundária de Cascais
1105612	Escola Básica e Secundária de Carcavelos, Cascais
1105820	Escola Básica Santo António, Parede, Cascais
1105860	Escola Básica e Secundária Frei Gonçalo de Azevedo, São Domingos de Rana, Cascais
1106019	Escola Básica e Secundária Passos Manuel, Lisboa
1106215	Escola Básica Pintor Almada Negreiros, Lisboa
1106458	Escola Artística de Dança do Conservatório Nacional, Lisboa
1106497	Escola Secundária do Restelo, Lisboa
1107486	Escola Básica da Pontinha, Odivelas
1107812	Escola Secundária de Caneças, Odivelas
1110069	Escola Secundária Luís de Freitas Branco, Paço de Arcos, Oeiras

1111203	Escola Básica Padre Alberto Neto, Rio de Mouro, Sintra
1111712	Escola Básica Visconde de Juromenha, Mem Martins, Sintra
1111928	Escola Secundária de Mem Martins, Sintra
1113692	Escola Secundária Henriques Nogueira, Torres Vedras
1114081	Escola Secundária Gago Coutinho, Alverca do Ribatejo, Vila Franca de Xira
1114277	Escola Básica Pedro Jacques de Magalhães, Alverca do Ribatejo, Vila Franca de Xira
1114761	Escola Básica de Vialonga, Vila Franca de Xira
1114953	Escola Básica Dr. Vasco Moniz, Vila Franca de Xira
1115353	Escola Secundária Seomara da Costa Primo, Amadora
1115606	Escola Básica e Secundária Dr. Azevedo Neves, Damaia, Amadora
1115984	Escola Básica e Secundária D. João V, Damaia, Amadora
1204743	Escola Secundária de Campo Maior
1301064	Escola Secundária de Amarante
1302721	Escola Básica e Secundária de Vale de Ovil, Baião
1303011	Escola Básica e Secundária de Felgueiras
1303127	Escola Secundária de Felgueiras
1303905	Escola Secundária da Lixa, Felgueiras
1304335	Escola Básica Júlio Dinis, Gondomar
1304960	Escola Secundária de Gondomar
1305004	Escola Básica e Secundária Dr. Mário Fonseca, Nogueira, Lousada
1306017	Escola Secundária do Castelo da Maia, Maia
1307248	Escola Secundária de Marco de Canaveses
1308261	Escola Básica e Secundária de Padrão da Légua, Matosinhos
1308615	Escola Básica Engº Fernando Pinto de Oliveira, Leça da Palmeira, Matosinhos
1308792	Escola Secundária Augusto Gomes, Matosinhos
1308930	Escola Básica de Matosinhos
1309013	Escola Secundária D. António Taipa, Freamunde, Paços de Ferreira
1310582	Escola Secundária de Paredes
1310869	Escola Básica de Baltar, Paredes
1312002	Escola Básica e Secundária Clara de Resende, Porto
1312640	Escola Artística do Conservatório de Música do Porto
1314002	Escola Básica de S. Tomé de Negrelos, Santo Tirso
1314466	Escola Secundária da Trofa
1314797	Escola Básica da Ponte, Vila das Aves, Santo Tirso
1314986	Escola Básica e Secundária D. Dinis, Santo Tirso
1316517	Escola Básica Frei João de Vila do Conde, Vila do Conde
1317381	Escola Secundária Dr. Joaquim Gomes Ferreira Alves, Valadares, Vila Nova de Gaia

1317562	Escola Básica e Secundária de Canelas, Vila Nova de Gaia
1401565	Escola Básica D. Miguel de Almeida, Abrantes
1414071	Escola Secundária Dr. Augusto César da Silva Ferreira, Rio Maior
1421400	Escola Básica e Secundária de Ourém
1504501	Escola Secundária de Santo André, Barreiro
1504565	Escola Básica e Secundária Alfredo da Silva, Barreiro
1507032	Escola Secundária Jorge Peixinho, Montijo
1508411	Escola Secundária de Pinhal Novo, Palmela
1512060	Escola Básica e Secundária Lima de Freitas, Setúbal
1512456	Escola Secundária D. João II, Setúbal
1607424	Escola Secundária de Ponte de Lima
1609141	Escola Básica e Secundária de Arga e Lima, Lanheses, Viana do Castelo
1609486	Escola Secundária de Santa Maria Maior, Viana do Castelo
1703358	Escola Secundária Dr. Júlio Martins, Chaves
1714183	Escola Básica Diogo Cão, Vila Real
1714320	Escola Secundária São Pedro, Vila Real
1810946	Escola Básica e Secundária de Oliveira de Frades
1813701	Escola Secundária de Resende

ANEXO V

1. NÍVEIS DE SERVIÇO E SANÇÕES

N.º	Descritivo	Periodicidade de apuramento	Fórmula de cálculo
1	Implementação do centro de monitorização	5 dias após o início de produção de efeitos	Pelo incumprimento do prazo de implementação do centro de monitorização previsto na Cláusula 12.ª, n.º 1, é aplicada sanção diária apurada de acordo com a fórmula: $P = V * 20\% * A / 5$ Sendo: P - montante da penalização; V - preço contratual; A - número de dias, ou fração, de atraso;
2	Realização da chamada de retorno ao cliente nunca poderá ser superior a 60 segundos, após a receção do sinal de alarme na central	Mensal	Sanção de 50€ (cinquenta Euros) por cada período de 10 segundos de atraso, para além do tempo máximo definido para a realização da chamada de retorno.
3	Tempo de chegada do piquete de intervenção ao LOCAL nunca poderá exceder 30 minutos, após a receção do sinal de alarme na central	Mensal	Sanção de 500€ (quinhentos Euros) por cada período de 10 minutos de atraso, para além do tempo máximo definido para a chegada do piquete de intervenção ao local.
4	Disponibilidade mensal da infraestrutura central para as escolas abrangidas pelo contrato a celebrar não inferior a 99,99%	Mensal	Sanção de €500,00 (quinhentos euros) por infração, por local.
5	No caso de verificar uma situação de intrusão, o adjudicatário deve informar as autoridades competentes para intervenção sobre o incidente, no espaço de tempo máximo de 10 (dez) minutos a contar dessa verificação, seja no LOCAL, seja na central de monitorização	Mensal	Sanção de 50€ (cinquenta Euros) por cada período de 60 segundos de atraso, para além do tempo máximo definido para a realização da comunicação.
6	No caso de não poder confirmar uma situação de falso alarme, o adjudicatário deve	Mensal	Sanção de 50€ (cinquenta Euros) por cada período de 60 segundos de atraso, para além do tempo máximo definido para a realização da comunicação.

	comunicar a ocorrência do alarme ao responsável escolar no prazo máximo de 10 minutos		
7	O adjudicatário deve afetar, em termos de recursos humanos, pelo menos 5 (cinco) operadores qualificados em simultâneo ao serviço de monitorização na central de monitorização, dentro dos horários de funcionamento previstos para o efeito	Mensal	Sanção de 50€ (cinquenta Euros) por cada verificação de incumprimento
8	Não cumprimento dos números 2, 3, 4, 6 e 7 até à abertura do local no dia útil seguinte	Mensal	Contabilização de todos os mecanismos sancionatórios, cumulativos, até às 07:30 do dia útil seguinte à verificação da ocorrência, a té ao limite máximo de 1.000 € por ocorrência.
9	Trabalhos de manutenção corretiva e preventiva	15 dias úteis para execução após ordenação dos trabalhos	50 € por cada fração de 5 dias de atraso após os 15 dias úteis definidos
10	Realização das sessões de esclarecimento	4 meses após o cumprimento dos requisitos constantes no ponto 2.2., alínea a) do Anexo II	50 € por sessão em cada semana de atraso após o prazo máximo definido
11	Acesso por parte do IGeFE e da DGEstE em tempo real ao software de monitorização	Um mês após a entrada em operação	50 € por cada dia de atraso após cumprimento dos requisitos constantes no ponto 2.2., alínea a) do Anexo II
12	Uso de módulos de gravação contínua para efeitos de captação e obtenção de imagens de pré-alarme	mensal	100 € por cada infração, por local.